

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAÍS REGINA BALISTIERI

**“SEJAM HONESTAS, SEJAM ATIVAS, ARTICULEM-SE”: O EMPODERAMENTO
E A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES PELA PARTICIPAÇÃO FEMININA
NO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DE RUANDA APÓS O GENOCÍDIO DE
1994**

FLORIANÓPOLIS

2018

THAÍS REGINA BALISTIERI

“SEJAM HONESTAS, SEJAM ATIVAS, ARTICULEM-SE”: o empoderamento e a garantia de direitos das mulheres pela participação feminina no processo de reconstrução de Ruanda após o genocídio de 1994

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Grazielly A. Baggenstoss.

FLORIANÓPOLIS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Thaís Regina Balistieri na disciplina CNM 7280 – Monografia, após apresentação do trabalho intitulado “SEJAM HONESTAS, SEJAM ATIVAS, ARTICULEM-SE”: o empoderamento e a garantia de direitos das mulheres pela participação feminina no processo de reconstrução de Ruanda após o genocídio de 1994.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Grazielly A. Baggenstoss

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Letícia Albuquerque

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Renata Guimarães Reynaldo

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis (SC), 27 de Novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, bem como toda minha jornada na universidade, só foi possível devido ao apoio e contribuição direta e indireta de muitas pessoas. Aproveito aqui esta oportunidade para agradecê-las.

À minha família, as primeiras pessoas que me apoiaram e me protegem. Venho de um núcleo familiar estruturalmente privilegiado. Minha mãe, Teresinha, mulher independente, trabalhou muito para concluir a faculdade e criar duas filhas se doando sempre e até demais, agradeço de todas as formas por ser o exemplo de mulher pra mim. Meu pai, Ademir, umas das pessoas mais amáveis e carinhosas que conheço, sempre presente e o porto seguro que sou grata por ter ao lado. Minha irmã, Tati, a mais velha, me ensinando o que é força e a importância de acreditar em si mesma. Meu sobrinho, Gael, recém chegado ao grupo dos Bali, mas que já é o presente mais elétrico e feliz que renovou nossas relações, conexões e formas de aprendizado. Amo vocês, fica aqui meu grande e muito obrigada.

Sou feliz e privilegiada também pela rede de amigos que criei. Dizem que amigos são a família que a gente escolhe e esses pestes fizeram da minha vida a melhor possível até agora. Meus mais sinceros agradecimentos:

Ao Darling e ao Mimi, meus roomates e companheiros de Turkish. Desculpa e obrigada pela paciência, vocês são as melhores pessoas pra mim e sabem disso, obrigada por compartilharem a vida no Itambé comigo.

À Isa Mel, obrigada por todos os feedbacks do TCC e por estar sempre por perto, você é um grande presentinho cheio de coração e afeto que a UFSC me deu.

À Mari Silvério, obrigada por saber acalmar o coração na apresentação com assuntos aleatórios envolvendo chakras e pela companhia doce que tenho prazer de poder contar.

À Giana, sou imensamente grata pela alegria, pelos aprendizados e pelo aconchego que é te ter perto de mim.

À Mari Almeida, obrigada por todas as histórias (repetidas) e pelo carinho de sempre ter um teto pra compartilhar contigo.

À Nath Rorato, por me inspirar e sempre ter uma palavra e um abraço bom quando precisei, escrevo cheia de saudades de ti.

À Marília, pela amizade mais espontaneamente de sorte que ganhei desde Sant Just y Pastor, obrigada por ter entrado na minha vida e por ter escolhido ficar.

À Ana, por descobrir Floripa comigo desde os primeiros dias e por ser a melhor mulher vizinha feminista que já tive.

À Nathana, pela amizade e companhia de quase décadas, obrigada por sempre se fazer presente mesmo de longe.

À Bruna e à Carol, pelos jebes, abraços e terapias particulares diárias, sou feliz e grata por compartilharem a presença e o dia a dia de vocês comigo.

À Sabrina por ser um exemplo de mulher forte e maravilhosa, obrigada por me ensinar o poder e a vulnerabilidade de boas conversas;

À Morgs, agradeço pela sorte de poder levar comigo anos de compartilhamento, aprendizados e carinho.

À Maíra, Ana, Tali, Gabi, Jadhi e Lu por toda parceria, apoio e convivência dos últimos anos;

À Marine, mais um presente que a UFSC me deu, obrigada pelas palavras certas e pelo humor único que me abraça onde estiver.

À professora e orientadora Grazi, agradeço imensamente por aceitar o desafio da orientação e por todas as contribuições durante o processo de escrita.

Aos professores, aos técnicos e à Universidade Federal de Santa Catarina pelo ensino público de qualidade ao qual tive o prazer e privilégio de receber.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte da minha experiência e trajetória nesses anos de universidade.

Meu muito obrigada!

“So when we talk about reconciliation it’s a whole way of thinking and not just about the genocide. How do we live together? How do we make people coexist? How do we build institutions? How do we build mechanisms? How do we build a country based on the rule of law?”

(Aloysia Inyumba)

RESUMO

Entre abril e julho de 1994, Ruanda foi palco de um violento conflito civil contra o povo Tutsi, impondo diversos desafios de reconciliação nacional e ditando um período de drásticas mudanças para todo o povo ruandês, e em especial, para as mulheres. Partindo desse contexto, o presente trabalho busca analisar a relevância da participação feminina no processo de reconstrução de Ruanda após o genocídio de 1994 e como esta agência contribuiu para o empoderamento e a garantia de direitos das mulheres ruandesas na sociedade atual. Para cumprir esse objetivo, a pesquisa divide-se em três capítulos. O primeiro apresenta as bases conceituais e contextuais da pesquisa, versando sobre as teorias Construtivista, Feminista e Decolonial, além de retratar o contexto histórico do país no pré-genocídio com uma perspectiva de gênero. O segundo capítulo aborda os desdobramentos do conflito e a participação feminina na guerra civil, bem como a atuação das mulheres nos esforços de reconstrução nacional durante o período emergencial do pós-conflito entre 1994 e 1999. O terceiro capítulo apresenta as transformações sociais resultantes dessa agência, mensuradas pela incorporação de leis e políticas pró-igualdade de gênero em instituições governamentais ruandesas a partir dos anos 2000. Ao final, conclui-se que a participação feminina nos esforços de desenvolvimento e reconciliação nacional após o genocídio contribuiu para o empoderamento e a politização das mulheres, como também a sua concomitante reivindicação por direitos sociais igualitários em uma sociedade ainda marcada por atitudes discriminatórias com base no gênero.

Palavras-chave: Gênero. Teoria Decolonial. Ruanda. Genocídio. Agência feminina. Empoderamento. Direitos das mulheres.

ABSTRACT

Between April and July of 1994, Rwanda was the stage to a violent civil conflict against the Tutsi people, imposing many challenges for national reconciliation and dictating a period of drastic changes for the Rwandese nation, especially for women. In this context, this study tries to analyze the relevance of female participation in the process of Rwanda reconstruction after the 1994 genocide and how this agency contributed to the empowerment and the assurance of Rwandese women's rights in today's society. In order to fulfill this purpose, the research is divided into three chapters. The first one presents the study's conceptual and contextual bases, approaching Constructivist, Feminist, and Decolonial theories, together with portraying the country's pre-genocide historical context with a gender perspective. The second chapter covers the conflict's developments and the female participation in the civil war, as well as women's roles in the national reconstructions efforts during the emergency period of the post-conflict between 1994 and 1999. The third chapter presents the social transformations resulting from this agency, measured by the incorporation of laws and gender equality policies in Rwandese governmental institutions after the year 2000. At last, it is concluded that the female participation in the efforts for national reconciliation and development after the genocide contributed to the empowerment and politicization of women, as well as their concomitant claiming for egalitarian social rights in a society still marked by discriminatory attitudes based on gender.

Keywords: Gender. Decolonial Theory. Rwanda. Genocide. Female agency. Empowerment. Women's rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Atual divisão territorial de Ruanda.....	27
--	-----------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Participação de homens e mulheres no parlamento em Ruanda.....68

TABELA 2 - Número e proporção de mulheres em posições de gabinete em Ruanda como Ministras e Secretárias de Estado.....68

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ASOFERWA	Associação de Solidariedade das Mulheres Ruandesas
AVEGA AGAHOZO	Associação de Viúvas do Genocídio
CEDAW	Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CSMR	Relatório de Monitoramento da Sociedade Civil
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FFRP	Fórum de Mulheres Parlamentares de Ruanda
FPR	Frente Patriótica Ruandesa
MIFAPROFE	Ministério da Família e da Promoção da Mulher
MIGEFASO	Ministério de Gênero, Família e Assuntos Sociais
MIGEPROF	Ministério de Gênero e Promoção da Família
MIGEPROFE	Ministério de Gênero e Promoção da Mulher
MRDN	Movimento Republicano Nacional por Democracia e Desenvolvimento
NAP	Plano Nacional de Ação
NURC	Comissão Nacional para União e Reconciliação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAM	Programa Alimentar Mundial
PIB	Produto Interno Bruto
PFTH	<i>Pro-Femmes Twese Hamwe</i>
RI	Relações Internacionais
UNAMIR	Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÕES: GÊNERO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONFLITO EM RUANDA	16
1.1 O DEBATE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM MUNDO, MUITAS TEORIAS	17
1.1.1 Teoria Construtivista.....	20
1.1.2 Teoria Feminista	21
1.1.3 Teoria Decolonial.....	23
1.2 NOVAS LENTES SOBRE O CONFLITO.....	27
1.2.1 Antecedentes do genocídio: colonização, independência e perseguições étnicas	29
1.2.2 As relações de gênero na tradição ruandesa	32
2 DO GENOCÍDIO À RECONSTRUÇÃO: ATUAÇÃO FEMININA DURANTE E NO PÓS-CONFLITO	37
2.1 ABRIL A JULHO DE 1994: AS BARBÁRIES E OS DESAFIOS DE UM GENOCÍDIO.....	38
2.1.1 As mulheres no confronto	41
2.1.2 Sociedade ruandesa ao fim da guerra civil.....	44
2.2 A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA RECONSTRUÇÃO NACIONAL.....	46
2.2.1 A agência feminina.....	47
2.2.1.2 As mulheres, o governo e a comunidade internacional: avanços institucionais para a igualdade de gênero no período emergencial.....	50
3 A FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	57
3.1 INSERÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO FEMININO	57
3.2 JUSTIÇA, RECONCILIAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS: DA AGÊNCIA LOCAL À NACIONAL.....	61
3.2.1 Constituição e leis sensíveis ao gênero.....	64
3.2.1.1 Politização feminina.....	67
3.3 DESAFIOS E POTENCIALIDADES À FRENTE.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Ruanda, assim como muitos países marcados pela disparidade de gênero e pela constante submissão da mulher em diferentes áreas sociais, passou e passa, ainda, por um longo e necessário processo de mudanças internas nas relações de gênero. Mudanças essas motivadas por fatores conjunturais e violentos, internos e internacionais. Em meio a uma sociedade pós-genocídio que enfrentava desafios de reconciliação social, impasses políticos e falta de acesso a condições básicas por grande parte da população, o debate sobre a desigualdade de gênero no país tornou-se peça chave para as ações das mulheres no pós-conflito. É preciso ressaltar, portanto, e de forma mais aprofundada no decorrer desta pesquisa, a compreensão de que a igualdade de gênero não é apenas um objetivo em si mesmo, mas um meio de atingir a paz e a segurança de uma nação.

Durante cerca de 100 dias, entre abril e julho do ano de 1994, Ruanda foi palco de um violento conflito civil entre a população Tutsi e Hutu. O genocídio perpetrado contra o povo Tutsi levou à morte de aproximadamente 800 mil homens e mulheres, desestabilizou as relações da sociedade civil, rompeu a economia e desestruturou as instituições políticas do Estado. Internacionalmente evidenciado pela grave violação aos direitos humanos, o conflito foi marcado pela forte violência baseada no gênero, com diversos registros de abusos sexuais como arma de guerra (POWLEY, 2003). Em meio a uma sociedade fragilizada, muitas mulheres, dentre elas viúvas, órfãs, violentadas e mães solo, atuaram pela reestruturação de sua comunidade. Por causa das milhares de mortes, exílios e prisões de homens no confronto, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, passaram a exigir novos direitos civis e a participar das tomadas de decisões políticas.

Uma vez introduzido o contexto em que se insere, a presente monografia tem como objetivo principal responder à seguinte questão de pesquisa: Qual a relevância da participação feminina no processo de reconstrução de Ruanda após o genocídio de 1994 para o empoderamento das mulheres ruandesas e para a garantia de seus direitos na atual sociedade? O trabalho aqui proposto pretende, dessa forma, contribuir para a compreensão da importância dos estudos africanistas e de gênero no campo das Relações Internacionais, temas ainda marginalizados na disciplina, mas que observam uma gradual abertura para debates. É preciso que essas discussões não apenas percebam a aplicação do gênero como uma categoria válida

de análise da disciplina como também incorporem vozes não-ocidentais às narrativas dominantes. Paralelamente, com a presente pesquisa, busca-se repensar e ressignificar, na Universidade Federal de Santa Catarina, os conceitos e entendimentos acerca de temas que envolvam disputas de poder, feminismo interseccional e discursos não-hegemônicos.

Ademais, entende-se que analisar o genocídio ocorrido em Ruanda reforça a responsabilidade da comunidade internacional no combate a suscetíveis violações de direitos humanos em outras nações. Isso porque, ao estudar a história de Estados marcados por violências e opressões, como o caso ruandês, intensifica-se a força e o poder da memória: a memória evita o esquecimento, previne a repetição e permite, com a justiça, a escrita de uma nova história.

Partindo deste contexto, o método utilizado nesta monografia tem caráter descritivo, buscando expor as características do problema por meio de dados quantitativos e qualitativos. Por discutir a conjuntura política, econômica e social de um país centro-oriental africano, a pesquisa contará não apenas com artigos, livros e teses produzidas em Ruanda, no Brasil e mundo afora, como também apresentará a análise de portais e relatórios oficiais online do Governo e de Institutos de Estatísticas ruandeses, como os Planos Nacionais de Ação de Ruanda, além de documentos oficiais de Organizações Internacionais, como o Relatório Global de Desigualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial e diferentes Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Com o intuito de responder ao objetivo geral e à pergunta de pesquisa, a monografia será organizada em três capítulos, incluindo os objetivos específicos a serem alcançados. Dessa forma, busca-se, no capítulo um, apresentar o embasamento teórico da pesquisa em questão, tendo como enfoque as teorias construtivistas, feministas e pós-coloniais como opções teóricas mais adequadas para o estudo das relações de gênero no período pós-conflito de 1994. Além de traçar esse embasamento teórico, o primeiro capítulo propõe-se a contextualizar o leitor no conflito, retratando o contexto histórico do país no pré-genocídio desde a colonização europeia até a rivalidade socialmente construída entre a população Hutu e Tutsi, como forma de melhor compreender as origens do conflito. Essa análise contará também com uma perspectiva de gênero, através da descrição das representações e das relações de gênero na sociedade ruandesa no pré-conflito civil.

No capítulo dois, especial atenção será voltada à participação feminina durante a guerra civil e o período pós-conflito. Inicialmente, o capítulo pretende examinar os desdobramentos dos 100 dias de genocídio em Ruanda, com destaque para os ataques majoritariamente cometidos contra a etnia Tutsi e para os papéis de gênero esperados das mulheres durante o massacre. Em seguida, o trabalho discorre sobre o período imediatamente pós-conflito, apresentando suas consequências para os indivíduos e para o governo nos campos econômico, político e social. Por fim, o capítulo encerra-se com a análise da atuação feminina no processo de reconstrução da sociedade ruandesa entre 1994 e 1999, investigando os desafios impostos a essas mulheres agentes de transformação que desencadearam em um processo de conscientização acerca de suas opressões e de seu empoderamento em sociedade. Essa análise cria o contexto para o terceiro capítulo.

A crescente agência feminina para superação da opressão de gênero em uma realidade de crise humanitária levou as mulheres a compreenderem suas experiências de submissão e se reconhecerem como propulsoras da transformação social em suas comunidades. Essa consciência de seus desafios e capacidades abriu portas para o empoderamento feminino ruandês e a sua posterior reivindicação de direitos sociais igualitários. Assim, o capítulo busca descrever em que medida o empoderamento das mulheres, desenvolvido através da liderança local e nacional, contribuiu para a incorporação de leis e políticas pró-igualdade de gênero em instituições governamentais ruandesas a partir dos anos 2000. Para isso, será exposto como o papel da mulher como agente de transformação social foi formalizado em direitos, ao contar com o apoio de organizações internacionais de mulheres, passando de líderes locais em suas comunidades a líderes nacionais no parlamento e em ministérios, mensurando suas conquistas pelas novas leis e planos de governo existentes a partir de então.

Por fim, serão apresentados os desafios e os potenciais ainda existentes para essas mulheres 'agentes de reconstrução', na perspectiva de que, como caracterizado pela autora Diana Madsen (2018), ainda que tenham reformulado seus papéis de gênero na economia, na política e no mercado de trabalho, elas ainda enfrentam limitações em razão da cultura historicamente patriarcal e das interferências políticas autoritárias em suas decisões.

1 CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÕES: GÊNERO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONFLITO EM RUANDA

O objetivo deste capítulo é apresentar as bases conceituais e contextuais que sustentarão os capítulos seguintes para a análise do empoderamento e da garantia dos direitos das mulheres através da participação feminina no processo de reconstrução de Ruanda após o genocídio de 1994. Para tanto, analisaremos aqui teorias não-dominantes das Relações Internacionais que discorram sobre os estudos de gênero e africanistas como opções teóricas mais adequadas para responder a pergunta de monografia. Complementarmente, a fim de situar o leitor, o capítulo descreverá brevemente a conjuntura histórica e cultural de Ruanda, como também analisará a posição da mulher ruandesa na estrutura social do país no período pré-conflito.

Como forma de atingir esse objetivo, o capítulo será dividido em três partes. A primeira delas tratará a importância da igualdade nas relações de gênero como um meio para o desenvolvimento sustentável das nações a nível global. Em seguida, será exposto o recente processo de abertura da disciplina de Relações Internacionais para novas teorias e discursos que entendam a aplicação do gênero como uma diferente e válida categoria de análise da disciplina. Para tanto, serão apresentadas as teorias Construtivista, Feminista e Decolonial, seus enfoques e principais autoras e autores, além do conceito de gênero utilizado pelas teóricas decoloniais Oyèrónké Oyěwùmí e Fatou Sow que será empregado no decorrer desta pesquisa. Essas teorias, ainda que de origem e centralidade distintas, apresentam-se aqui de forma complementar e interseccional, a fim de analisar da forma mais representativa e singular possível a questão ruandesa. Portanto, serão explorados, com essas teorias, atores não-tradicionais, vozes não-ocidentais e perspectivas não-eurocêntricas da disciplina para abarcar o caso de Ruanda.

A partir dessas bases teóricas, a segunda parte do capítulo contextualizará o leitor no período pré-genocídio de Ruanda em 1994, perpassando desde a colonização belga até a rival posição político-social entre Hutus e Tutsis no ano do genocídio, para melhor compreender as origens do embate. Por fim, na terceira parte, o capítulo encerra-se com a descrição da relação de gênero existente na estrutura social do país também no período anterior ao confronto, descrevendo o papel e a identidade da mulher ruandesa em uma sociedade marcada por estereótipos e normas patriarcais.

1.1 O DEBATE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM MUNDO, MUITAS TEORIAS

No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser adotados por todos os países até 2030. Esses objetivos equilibram as dimensões econômica, social e ambiental e buscam um desenvolvimento global sustentável: centrado nas pessoas e abrangendo diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais. Dentre esses dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o quinto trata exclusivamente da necessidade de igual tratamento entre homens e mulheres nas três dimensões acima citadas, tendo como fim último “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 01). A nível global, essa é uma meta ambiciosa, desafiadora e necessária.

De acordo com o Relatório Global de Desigualdade de Gênero de 2017 do Fórum Econômico Mundial (2017, p. 26), a paridade de gênero é considerada fundamental, determinando “como” e “se” as economias e sociedades prosperam. Ainda, segundo o estudo, garantir o pleno desenvolvimento e a atuação das mulheres (numericamente metade da população mundial) tem uma grande influência no crescimento, na competitividade e no preparo para o futuro das economias, empresas e sociedades em todo o mundo. Apesar do lento, porém contínuo, avanço em termos de equidade de gênero, a edição 2017 do Relatório registrou pela primeira vez, desde que o estudo passou a ser publicado anualmente em 2006, um aumento da disparidade de gênero a nível global. Estima-se que serão necessários 100 anos para acabar com a lacuna entre homens e mulheres globalmente, 14 anos a mais do que os 86 anos calculados pela pesquisa com 107 países da edição de 2016 (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2016, p. 24). Essas variações no índice legitimam a importância de novos e contínuos estudos, normas e ações que promovam, ainda nos dias de hoje, o constante empoderamento e iguais oportunidades para mulheres e crianças ao redor do globo.

O Fórum Econômico Mundial é, por si só, uma das diversas organizações que se preocupam com a lacuna existente entre homens e mulheres. Como cita Maria Nzomo (2015), a importância de centralizar a equidade de gênero na governança e na agenda de desenvolvimento de todos os países também é constantemente e historicamente reafirmada por diferentes instrumentos e organizações internacionais.

Conta-se, ainda, com uma série de Convenções que reforçam a necessidade de direitos e tratamento igualitários entre os sexos. Dentre essas convenções, destaca-se a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1952), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Plataforma de Ação de Pequim (1995), a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (2000) e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (2005).

Isto posto, observa-se, paralelamente, no estudo das Relações Internacionais (RI), o surgimento de novos temas, correntes e teorias que gradativamente têm possibilitado um espaço mais plural para a discussão de assuntos hoje marginais na tradicional disciplina de RI, como ainda são os estudos de gênero.

No entanto, a estrutura das Relações Internacionais segue com grande predomínio da abordagem tradicional, identificada pelo protagonismo de leituras sobre Realismo¹ e Liberalismo² nas discussões teóricas (PINI, 2013). Essa visão tradicional reconhece os Estados como os principais atores do Sistema Internacional e a segurança como primeira motivação da ação externa. Porém, como pontua Amado Luiz Cervo (2008, p. 08), as teorias não são imparciais, “visto que se vinculam a interesses, valores e padrões de conduta de países ou conjunto de países onde são elaboradas”, ou seja, relacionam-se tradicionalmente aos países do primeiro mundo, às histórias ocidentais e aos sistemas do centro (da relação centro-periferia). Dessa forma, o autor evidencia que teorias produzidas e aplicadas no primeiro mundo não necessariamente servem ao sul global.

Diante desse contexto de concentração do conhecimento teórico nas Relações Internacionais, começa-se a analisar o fenômeno pelo lado

¹ A perspectiva Realista na Teoria das Relações Internacionais tem como ideia central que os Estados são os únicos atores válidos e racionais no sistema, que convivem em permanente conflito e “anarquia”. Hobbes é tomado como referência para explicar a anarquia internacional, que pode ser comparada ao estado de natureza em uma guerra de “todos contra todos”, cabendo, portanto, ao *Leviathan* (Estado) atuar como autoridade soberana restringindo a liberdade social em troca de segurança e ordem no sistema (NOUR; ZITTEL, 2003, p. 231).

² A Teoria Liberal emergiu no período do Iluminismo, quando o absolutismo vigorava, e surgiu com ideias de ampliar a liberdade individual e igualdade jurídica frente ao Estado absoluto. O intuito era estabelecer um Estado liberal, construído pelos homens e com Contrato Social, em que os homens iguais teriam livre autoridade, poderiam regular propriedades, permitir investimento privado e geração de bens. Dessa forma, segundo a teoria, seriam criados incentivos à cooperação e à redução de conflitos, porque racionalmente entende-se que conflitos reduzem os bens de todos. Dentre seus maiores expoentes encontram-se John Locke, Montesquieu, Rousseau, Smith e Kant (GERALDELLO; OLIVEIRA, 2016).

inverso. Em outros termos, ao invés de se estudar como o centro se apresenta por meio das produções intelectuais, passa-se a analisar como a periferia tem tentado apresentar produções teóricas alternativas àquelas produzidas pelo centro. (...) Para reverter isso, é necessário que outras formas de ver o mesmo fenômeno sejam estabelecidas, defendidas, explicadas e reforçadas. É por essas razões que a periferia tem um papel fundamental a desempenhar para que a disciplina alcance maior pluralidade relativa. A concentração do conhecimento na disciplina Relações Internacionais é prejudicial ao próprio desenvolvimento desta, que, em vez de evoluir, se repete (GOMES, 2016, P. 213).

Tem-se aí a importância de novas teorias como formas igualmente válidas de analisar o mundo, entendendo que cada uma delas é de alguma maneira incompleta e não reflete a complexidade e diversidade das RI (GOMES, 2016).

Como citado anteriormente, essa priorização de objetos de estudo que versem com as teorias tradicionais reflete na negligência de estudos de mulheres e gênero na disciplina. Ao negligenciar essas categorias de estudos, entende-se que as articulações internacionais “não têm nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo de mulheres e homens” (HALLIDAY, 1999, p. 163). Ainda segundo Halliday, essa suposição é facilmente discutível assim que recordado a série de Convenções e Organizações internacionais que pontuam a relevância do tema. Os direitos humanos, por exemplo, assunto em ascensão nas RI, quando observados com a dimensão de gênero são fundamentais no entendimento do papel do Estado e dos demais atores na promoção ou não dos direitos das mulheres (HALLIDAY, 1999).

Como conclusão, Halliday (1999, p. 168) menciona que a própria guerra, atividade característica das Relações Internacionais, tem distintas implicações para as mulheres: “(as mulheres) vieram a simbolizar muitos motivos de guerras, realocadas de Estados em várias novas atividades reprodutivas, produtivas ou limitadamente militares”. A acadêmica e escritora britânica Cynthia Cockburn possui uma vasta pesquisa na intersecção de estudos de gênero, de paz e conflitos. Em um de seus artigos intitulado “Militarismo e Guerra” (2010), a autora realiza uma importante e precisa análise de como a guerra é capaz de modelar as relações de gênero em uma determinada sociedade, discorrendo também sobre as diferentes atribuições e papéis que homens e mulheres recebem em conflitos armados.

Na pesquisa, Cockburn apresenta a ideia de “divisão sexual da guerra”, pela qual os homens são a maioria dos combatentes, em cargos de liderança, morrerem e matam mais em guerras, enquanto as mulheres são observadas como as maiores

vítimas civis, refugiadas, violentadas e as que permanecem para cuidar de outras vítimas. De acordo com a autora, esses diferentes papéis e experiências de homens e mulheres em conflitos armados são tanto causa como consequência do papel social sistêmico que os sexos desempenham culturalmente em sociedade: a masculinidade entendida como forte e dominante, e a subordinação feminina vista como pacífica (COCKBURN, 2010, p. 105). O conflito civil em Ruanda de 1994 possuiu essa mesma divisão sexual em guerra, denotando uma relação de gênero em sociedade como desigual, assimétrica e com parte dominante, reafirmando como a estrutura patriarcal se expressa no tempo e se reproduz através das instituições sociais e dos costumes de um povo.

Destarte, uma vez compreendida a importância da discussão de gênero como pilar de desenvolvimento das nações e a recente abertura da disciplina de Relações Internacionais para a análise de novos atores que não somente os Estados, apresenta-se abaixo as três teorias-chave que permeiam este estudo: as Teorias Construtivista, Feminista e Decolonial. São elas que darão forma à perspectiva teórica e servem como base para as premissas e análises que serão realizadas nos próximos capítulos desta pesquisa.

1.1.1 Teoria Construtivista

No campo das Relações Internacionais, a corrente Construtivista é recente e comumente utilizada quando se busca analisar questões de caráter cultural e identitário. Alexander Wendt, um dos estudiosos dessa perspectiva teórica, aponta que o enfoque do Construtivismo está na ideia de construção social da política internacional, ou seja, a sociedade seria socialmente construída. O autor aponta a importância da “estrutura” e a sua relação com o indivíduo, afirmando que os Estados e o cenário internacional interagem a todo instante e fazem o meio exercer uma força expressiva sobre os atores, os Estados e os indivíduos, e vice-versa. Com isso, entende-se que as normas sociais refletem os valores, padrões e ideias identificadas na sociedade analisada, valores imateriais esses capazes de moldar comportamentos, interesses e práticas sociais criados em uma cultura (CASTRO, 2012, 387). Dessa forma, utiliza-se da teoria Construtivista como ponto de partida para compreender e dialogar com a sociedade civil no âmbito das Relações Internacionais, sob a premissa de que o agente e a estrutura têm influência mútua,

na qual “sujeitos internacionais contribuem para a formação do sistema internacional, mas também são condicionados pelo mesmo sistema” (GOMES, 2016, p. 201). Porém, quando discorre sobre a teoria construtivista, o autor Kenneth Waltz destaca que apesar de essa influência mútua existir, ela ainda assim é apresentada de forma desigual, havendo uma identificável superioridade da estrutura (WALTZ, 2008).

Por fim, a proposta construtivista é identificar os indivíduos como os principais instrumentos de análise, não mais os Estados (porém indivíduos esses especialmente da elite). Segundo um de seus pesquisadores, Walt, essa teoria deixa de analisar fatores materiais como poder e comércio, objetos de estudo de realistas e liberais, e passa a analisar o impacto das ideias: identificando como os discursos presentes em sociedade refletem e moldam interesses e crenças em uma cultura, estabelecendo novos padrões de comportamento em um dado período histórico. Ou seja, entende-se que os interesses e as características que formam os Estados são “produtos altamente maleáveis de processos históricos específicos” (WALT, 1998, p. 40, tradução nossa).

Em pesquisa publicada por Walt em 1998, “Relações Internacionais: Um Mundo, Muitas Teorias”, o autor inclui e consolida o Construtivismo como uma das três teorias dominantes das RI na década de 1990, ao lado das visões realistas e liberais. A mensagem na época era demonstrar que existiam outras formas de observar o mesmo mundo e a sua complexidade. Esse estudo e os demais que surgiram em sequência abriram espaço para uma pluralidade de novos conceitos e novos objetos de pesquisa, permitindo assim que a premissa crítica de Cox (1981) de que “toda teoria serve para algo e para alguém” servisse e representasse a mais “algos” e a novos “alguéns”. Seguindo esse discurso, apresenta-se a seguir outra perspectiva que ganhou força e novos expoentes na contribuição aos estudos das Relações Internacionais a partir desse período: a Teoria Feminista.

1.1.2 Teoria Feminista

A fim de responder à pergunta desta pesquisa, faz-se fundamental identificar como é inserida a categoria gênero no debate da disciplina de Relações Internacionais, promovido principalmente por produções acadêmicas das teóricas feministas. Como pontuado pela autora Ann Tickner (1992), a Teoria Feminista

surgiu nas Relações Internacionais apenas a partir de 1980 juntamente com outros discursos de análise, como a própria Teoria Construtivista. O enfoque das abordagens feministas na área, conhecido como “terceiro debate” das Relações Internacionais, trouxe críticas às teorias convencionais e buscou dar visibilidade às questões de gênero e da vida das mulheres como uma importante categoria de análise da disciplina (TICKNER, 1992).

Essa perspectiva de estudo reitera que as teorias tradicionais, que tratam os Estados e suas instituições como atores centrais, falham ao não reconhecer igual representação e efetiva participação de mulheres no processo de construção das agendas sociais, políticas e econômicas desses atores. Compreendendo essa ausência na política internacional, a Teoria Feminista busca identificar e reconhecer as mulheres como sujeitos históricos, objetivando sua total inclusão e participação nos processos decisórios, seja no cenário privado, público ou internacional (NZOMO, 2015).

Para além do reconhecimento da posição subordinada da mulher na política internacional, as autoras V. Spike Peterson e Anne S. Runyan (1999) também pontuam outra forma de trabalhar o gênero nas RI: de acordo com o “poder do gênero”. Para as autoras, essa posição de invisibilidade nas teorias é diretamente relacionada às características atribuídas aos homens e às mulheres para classificá-los e diferenciá-los, não sendo apenas uma característica individual, mas um conjunto de normas e símbolos que constroem as suas identidades. As instituições e as normas de um país se estruturam através dessa diferenciação, servindo de base para ditar comportamentos sociais e nivelar como dominantes características e atividades “propriamente masculinas”. Assim, a relação de poder dos gêneros é esse sistema de símbolos que interpreta a realidade e atribui características aos indivíduos para guiar suas ações. É essa relação de poder dos gêneros que dita a posição subordinada das mulheres (MONTE, 2013, p. 69). A partir daí, entende-se que a histórica valorização de características consideradas masculinas é um dos componentes que justificam a majoritária participação dos homens nas altas esferas das RI, como a política, a economia estatal e a segurança internacional.

Isto posto, Tickner compreende que as mulheres sempre estiveram presentes no campo de estudo das Relações Internacionais, mas “encobertas pelas lentes usadas para estudá-lo” (MONTE, 2003, p. 78, tradução nossa). Por meio da perspectiva de gênero das teorias feministas, identifica-se diferentes formas de

analisar as agendas políticas e socioeconômicas das Relações Internacionais, abrangendo desde a participação feminina na política e diplomacia, a proteção internacional contra a violência doméstica e de guerra, a precarização do trabalho feminino, a formulação de políticas públicas para mulheres e meninas em determinado país, a ressignificação do papel masculino em conflitos, dentre outros (AGUIAR, 2007).

A partir do reconhecimento desses conceitos, é importante apontar que não se pode caracterizar a Teoria Feminista como um discurso único. Faz-se fundamental entender que a dinâmica das relações de gênero também deve considerar as especificidades das mulheres como grupo não homogêneo, partindo daí a ramificação da Teoria Feminista em diferentes vertentes, como o feminismo negro, estruturalista, socialista, liberal, dentre outros. As vertentes surgem com a gradual evolução da teoria, que reconhece não apenas a opressão feminina, mas outros fatores que influem em suas identidades e experiências no sistema, como a classe, raça, sexualidade, localização geográfica, dentre outros (MONTE, 2010). A exemplo dos feminismos africanos, tal ênfase é aplicada ao incorporarem à teoria a realidade e as experiências da mulher africana, entendendo o contexto, as formações de poder e as especificidades de gênero existentes naquele espaço. Segundo Bibi Bakare-Yusuf (2003), essa perspectiva é capaz de reconhecer culturas e tradições, e rejeitar propostas deterministas ou noções universais que tentam aplicar-se às relações sociais dessas mulheres.

1.1.3 Teoria Decolonial

Paralelamente à Teoria Construtivista e Feminista, os estudos pós-coloniais trazem contribuições para uma releitura de todo o processo de colonização. Esses estudos abrangem desde o período posterior aos processos de descolonização no terceiro mundo, dado aproximadamente a partir da segunda metade do século XX. Para os autores dessa corrente, os efeitos do colonialismo ainda estão presentes nas relações sociais e nas relações de poder das antigas colônias (AMARAL, 2015). Surge, a partir de então, o conceito de decolonialidade, que critica a narrativa e os relatos hegemônicos de modernidade e passa a dar luz a histórias e a conhecimentos de sujeitos marcados pela colonialidade.

Das contribuições de ambos os grupos de autoras/es destaca-se a distinção entre as noções de colonialismo e colonialidade. Enquanto o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolvem também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade, podendo ser observada ao longo do tempo nas relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos povos (AMARAL, 2015, p. 06).

Em 1989, Aníbal Quijano desenvolveu o conceito de colonialidade do poder, entendendo que as relações de poder nos campos econômicos e políticos perduram mesmo com o fim do colonialismo e a independência das colônias (BALLESTRIN, 2013). Isso porque a lógica imperialista de dominação e hierarquia baseada no gênero, orientação sexual, raça/etnia, classe social e localização geográfica é uma lógica colonial que construiu as sociedades do terceiro mundo como as conhecemos. Essa lógica ainda se faz presente no cotidiano das antigas colônias, quando observadas as desigualdades sociais existentes, como também se faz presente no cotidiano das antigas metrópoles e atuais centros dominantes, pela reprodução de ideias racistas e xenofóbicas e pela resistência a fluxos migratórios de grupos específicos, por exemplo (JARDIM; CAVAS, 2017).

Nelson Maldonado-Torres (2008) cunhou o termo “giro decolonial” para o movimento que busca reconhecer as dimensões da colonialidade e propor alternativas para superação dessas relações. Esse reconhecimento se dá ao compreender que a modernidade como conhecida hoje parte da narrativa pela perspectiva da metrópole, que oculta as experiências e os aprendizados dos povos da colônia. Portanto, o giro decolonial busca dar centralidade à região, valorizar as versões e discursos dos povos, tentando construir novas interpretações sobre a modernidade e a identidade desses indivíduos, a fim de romper com a lógica hegemônica desigual e permitir uma nova construção de conhecimento partindo da própria região (AMARAL, 2015).

Complementar à compreensão de Quijano sobre a inseparabilidade da colonialidade do poder e da modernidade, Quijano e Maria Lugones reconhecem que a dominação imperialista vista na colonialidade se expressa principalmente pela classificação racial, mas Lugones vai além do discurso do autor ao criticar a sua limitada discussão com intersecção de gênero (LUGONES, 2014). Isso porque, para autores do feminismo decolonial, a opressão colonial é dada de forma diferente para homens e mulheres, ao entender-se que as mulheres são duplamente colonizadas,

inferiorizadas pela dominação colonial imperialista e também pela dominação masculina patriarcal (JARDIM; CAVAS, 2017). Para Lugones,

Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (LUGONES, 2014, p. 939).

Dessa forma, o feminismo decolonial surge como uma alternativa para a superação da colonialidade do gênero, permitindo a cada pessoa inserida nesse sistema de opressão colonial a reconhecer-se como um ser histórico, com saberes e conhecimentos legítimos para superar adversidades que encontram (prática comum em projetos de auxílio de desenvolvimento criados no norte para amparar os povos do sul) (LUGONES, 20014).

A pesquisadora feminista nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004) reconhece o papel das autoras europeias e americanas na criação da categoria de gênero e suas alterações com o tempo, mas pontua a dificuldade de aplicar conceitos feministas ocidentais às realidades africanas. A autora entende o gênero como categoria construída socialmente para definir as diferentes expectativas e papéis impostos a homens e mulheres, e que não pode ser analisada fora de seu contexto social e dos sistemas de hierarquia existentes.

Para exemplificar a construção de gênero, Oyěwùmí descreve a relação familiar da sociedade em Iorubá, no sudoeste da Nigéria, na qual a organização familiar não é generificada, mas baseada na idade. *Egbon* refere-se ao irmão mais velho, e *aburo* é usado para o irmão mais novo de quem fala, classificações independentes de gênero. Marido e esposa tampouco são diferenciados pelo gênero, mas são distinguidos como *oko* quando são membros de nascimento da família, e *iyaw* quando inseridos no ambiente familiar pelo casamento. *Oko* é hierarquicamente superior a *iyaw*, mas usados tanto para as mulheres como para os homens no âmbito familiar (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 06). Essa é uma definição específica da cultura em Iorubá, em que gênero não seria a melhor categoria para análise das relações, mas reflete a importância das interpretações e significados locais quando observados diferentes contextos sociais que não ocidentais, visto que a categoria de gênero foi criada e ressignificada no ocidente.

A fim de evitar abordagens superficiais e limitadas das identidades das mulheres africanas, a socióloga senegalesa Fatou Sow (1997) afirma que a importância do estudo de gênero em África serve para questionar os papéis e hierarquizações entre homens e mulheres em sociedade. A autora aponta que durante as lutas anticoloniais as mulheres militavam mais da perspectiva política do que feminista, reprimendo a opressão do poder colonial. A partir dos processos de independência que os debates de opressões patriarcais tiveram maior força, com discussões sobre casamentos forçados, poligamia, direito à herança, mutilação genital feminina, papel de homens e mulheres no desenvolvimentismo, dentre outros. Dessa forma, Sow reforça que as desigualdades de gênero são fruto de valores culturais, contextos históricos, classe e raça, não podendo compreender a realidade, africana ou não, sem a intersecção das variáveis que criam hierarquias e relações de poder (CIRNE, 2017).

Por meio das teorias e conceitos apresentados, pretende-se estabelecer um olhar complementar e interseccional para a pesquisa que se segue, a fim de analisar de forma mais representativa e completa possível o tema da atuação feminina na promoção e incentivo a políticas pró-equidade de gênero na sociedade ruandesa. A escolha de utilizar as três teorias como embasamento teórico da pesquisa justifica-se pela incompletude das teorias quando analisadas individualmente, e de sua complementaridade e maior complexidade quando interseccionadas. Ainda assim, a Teoria Decolonial é a principal base desse estudo, por tratar diretamente do contexto africano.

Diante das bases teóricas acima descritas, a segunda parte deste capítulo versará sobre o contexto em que Ruanda esteve inserida até o ano de 1994. Para tanto, a seção seguinte da pesquisa iniciará com o contexto histórico de desenvolvimento ruandês e os antecedentes que culminaram no genocídio em 94, visto que o embate possui suas raízes nos séculos 19 e 20. Em seguida, será exposto como se dava a relação de gênero em Ruanda no período anterior ao conflito, a fim de melhor compreender as mudanças ocorridas no papel e na posição da mulher no pós-genocídio. Dessa forma, o primeiro capítulo busca permear os conceitos e as lentes que serão utilizadas nesta pesquisa, como também o contexto em que os principais atores deste estudo se inserem.

1.2 NOVAS LENTES SOBRE O CONFLITO

A República de Ruanda é um pequeno país localizado na região centro-oriental do continente africano, fazendo fronteira ao norte com Uganda, ao leste com a Tanzânia, ao sul com o Burundi e ao oeste com a República Democrática do Congo, na região dos Grandes Lagos. Como observado na figura 1, Ruanda é subdividido em 5 províncias, tendo a cidade de Kigali, na região central, como sua capital administrativa (RUANDA, 2017b). O país das “mil colinas”, como ficou conhecido pelas diversas montanhas e vales que cobrem a região, possui cerca de 11,8 milhões de habitantes, população majoritariamente composta por mulheres e crianças³, ainda como consequência do confronto dos anos 90 (ANDRADE, 2015).

Figura 1 - Atual divisão territorial de Ruanda



Fonte: UNITED NATIONS (2015).

A maior parte da população vive na região rural do país e é considerada camponesa. Mesmo com o crescimento econômico dos últimos anos e a significativa ascensão social de parte do país, 39,1% dos ruandeses ainda se encontram abaixo

³ De acordo com dados de 2014 da Agência de Inteligência Central, a pirâmide populacional ruandesa “é composta 42,1% de pessoas de 0 a 14 anos, seguido de 32,5% entre 25 a 54 anos, 18,9% de 15 a 24 anos, 4% de 55 a 64 anos e 2,5% de 65 anos para cima” (ANDRADE, 2015).

da linha da pobreza (RUANDA, 2017a). Com essa proporção, Ruanda ocupa a 158ª colocação das 188 posições no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2017), calculado com base na longevidade, acesso ao conhecimento e padrão de vida decente em sociedade. A baixa classificação é compartilhada em grande maioria por países também africanos e de recente descolonização, que enfrentam marcantes contrastes sociais e econômicos internos.

Em termos econômicos, a economia ruandesa tem atingido um crescimento notável e sustentável desde os anos 2000, aumentando mais de 7% ao ano desde então. A agricultura segue como o setor que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, representando cerca de um terço de toda economia, com especial destaque para a exportação de café, chás, couro e minérios. O setor possui um importante papel social e de impacto na geração de trabalho, ao empregar cerca de 70% da população e promover melhoria na qualidade de vida do povo rural com o avanço de tecnologias e aumento de produtividade no ramo. Assim como Ruanda, muitos países africanos da região possuem no setor agrário a espinha dorsal da sua economia, tendo nos países vizinhos os principais parceiros comerciais (HARERIMANA, 2016).

Quanto à governança, Ruanda possui um sistema de governo multipartidário, presidido por Paul Kagame desde os anos 2000, reeleito presidente pela terceira vez em 2017 com 98%⁴ dos votos da população (BBC, 2017). O governo de Kagame ganhou destaque internacional pelo eficiente plano de desenvolvimento ruandês pós-conflito, promovendo agentes e organizações locais, além de incentivar a unidade e reestruturação nacional pela aplicação de “soluções africanas para problemas africanos” (LOBAKENG, 2017, p. 6). Apesar do novo modelo de governo e da mobilização de forças internas pela renovação do país, a democracia ruandesa ainda enfrenta diversos entraves de crescimento e de reconciliação nacional. Para melhor compreender as origens desses desafios, fruto majoritariamente do violento período colonial e pós-independência, a seção seguinte permeia os principais

⁴ Paul Kagame comanda Ruanda desde o genocídio, tem grande popularidade pelo grande desenvolvimento econômico do país após o confronto, mas é amplamente criticado (principalmente fora do país) por repressão à oposição política e à liberdade de expressão (TELEGRAPH, 2017). Ainda, desde 1999 até 2017, Ruanda segue sendo considerado um país “não livre” dado à falta de pluralismo político e de liberdade de imprensa de acordo com o índice da Freedom House, que mensura o nível de liberdade e democracia de diferentes países. De uma escala de 1 a 7, sendo 1 o mais livre, Ruanda recebeu nota 6 em 2018 em termos de classificação de liberdade, direitos políticos e liberdades civis (FREEDOM HOUSE, 2018).

desdobramentos históricos que contribuíram para a eclosão do genocídio contra o povo Tutsi na década de 1990.

1.2.1 Antecedentes do genocídio: colonização, independência e perseguições étnicas

“Você nunca verá a fonte de um genocídio”, ele (Joseph-Desire, assassino) diz. “Ele está enterrado muito profundamente em rancores, debaixo de um acúmulo de mal entendidos os quais nós fomos os últimos a herdar. Nós viemos no pior momento da história de Ruanda: fomos ensinados a obedecer cegamente, criados em ódio, e entupidos de *slogans*. Somos uma geração sem sorte” (HATZFELD, 2006, p. 174, tradução nossa)⁵.

Entre 1899 e 1919, Ruanda tornou-se colônia alemã após a partilha e a divisão territorial do continente africano entre as potências europeias, que, juntamente com o Burundi e a Tanzânia, formavam a colônia da África Oriental Alemã. A partir de 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o controle de Ruanda foi entregue à Bélgica, que reforçou e institucionalizou a polarização entre a população ruandesa iniciada na colonização alemã (ADEKUNLE, 2007). Nesse período colonial, a minoria pertencente ao grupo Tutsi foi considerada etnicamente superior à maioria Hutu, divisão socialmente identificada por diferenças nos traços físicos, visto que os Tutsis supostamente possuíam “maior estatura, narizes mais finos e pele negra mais clara” (BATISTA, 2015, p. 6). De acordo com a escritora ruandesa Justine Uvuza (2014), por meio dessa hierarquia, os Tutsis possuíam maior *status* social e facilidade em acesso a cargos de autoridade política, passando a colaborar com a administração colonial. Paralelamente, a maioria Hutu, que compunha 85% da população, era composta por camponeses de trabalho forçado com limitado acesso a trabalhos administrativos e à educação. Além dessas duas etnias, existia o grupo nativo Twas, que correspondia a cerca de 1% do povo ruandês.

No período pré-colonial, esses grupos étnicos também eram vistos como categorias dotadas de hierarquia, mas em um sistema em que os indivíduos de uma etnia poderiam fluir para outra categoria de acordo com seus bens, uma vez que todos os grupos já compartilhavam costumes, territórios e o mesmo idioma. Porém, a partir de 1933, a administração belga inseriu nos cartões de identidade da

⁵ Joseph-Desire Bitero foi um dos líderes da milícia *Interahamwe*, composta principalmente por extremistas Hutus armados de machetes, sendo um dos grandes grupos perpetradores do massacre do povo Tutsi (FISCHEL, 2006).

população o reconhecimento do grupo étnico de pertencimento de cada indivíduo, enrijecendo esse sistema de estrutura social fluída e ampliando a segregação interna⁶ (AKODJENOU, 1995). Como descreve a autora Helen Hinterjens (1999), dado aos privilégios e cargos de liderança dos Tutsis, o povo Hutu reconhecia os administradores Tutsis como os maiores responsáveis pela sua repressão, lado a lado aos agentes do colonialismo belga.

Com o tempo, as crescentes tensões e hostilidades entre os dois grupos suscitaram na violenta Revolução Social de 1959, provocando a morte e o exílio de milhares de Tutsis para países vizinhos como Burundi, concluída com a tomada do poder pela elite Hutu (ADEKUNLE, 2007). A Revolução de 1959 a 1961 representou o fim da dominação Tutsi, a nomeação de um novo presidente, o Hutu Gregoire Kayibanda, acirrando as relações étnicas no país (UNICTR, 2014). Esse período de instabilidade e divisão social marcou a independência de Ruanda da dominação belga conquistada no ano de 1962, em consoante aos processos de descolonização que eclodiram nas colônias africanas com o fim da Segunda Guerra Mundial. Revidando as ofensivas do povo Tutsi, estima-se que os Hutus foram responsáveis pela morte de cerca de 10 mil pessoas e exílio de outras 150 mil. Na década de 1970, o governo Hutu de Kayibanda enfrentava problemas econômicos e uma gradativa perda de popularidade, sofrendo um golpe no ano de 1973 liderado por Juvenal Habyarimana, também Hutu, que se manteve no poder até 1994 (ADEKUNLE, 2007).

As perseguições persistiram na década de 1980, enquanto Habyarimana centralizou o poder em suas mãos, criou um sistema de favorecimento em favor dos Hutus e só permitia a existência do seu partido no país, o Movimento Republicano Nacional por Democracia e Desenvolvimento (MRDN), de filiação obrigatória para todos ruandeses. Em Uganda, formava-se a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), composta por tutsis e seus filhos exilados durante as perseguições de 1959 a 1963. A facção invadiu Ruanda em 1990 demandando “o retorno ao seu país e um fim às perseguições étnicas e às carteiras de identidade étnicas obrigatórias” (PAULA,

⁶ Antes de 1933, era possível a fluidez entre os grupos conforme a quantidade de bens dos indivíduos. Em caso de casamento entre as etnias, os filhos pertenciam ao grupo do pai. Essa fluidez das categorias sociais tornou-se rígida com a identificação nas carteiras de identidade. A autora pontua que no período do surgimento das carteiras de identidade era muito difícil saber de qual grupo “racial” todas as pessoas pertenciam. Segundo a autora, uma das hipóteses históricas relatadas que permitiram essa identificação pelo sistema belga, foi a nomeação permanente de Tutsi para os grupos com mais de 10 cabeças de gado, e de Hutu ou Twa para qualquer pessoa com menos, representando a hierarquia do status social Tutsi na época (HINTERJENS, 1999).

2011, p. 30). Essa primeira incursão da FPR não foi bem sucedida, mas abriu caminho ao multipartidarismo em Ruanda e deu luz ao conflito às organizações internacionais.

A contestação ao regime Habyarimana, sintetizada na figura da FPR, causou pânico na elite ruandesa, que se viu obrigada a confrontar as questões da crise econômica e dos refugiados. As ideias de uma solução genocida para essas questões começavam a se desenhar, e reuniões em que a ideia do extermínio de todos os tutsis eram aventadas se realizavam. (...) Rumores e desinformação sobre o inimigo tutsi (o invasor de Ruanda), que viria tomar as terras aráveis e o poder, circulavam em Ruanda (PAULA, 2011, p. 31).

Com o apoio da ONU, de representantes de países africanos vizinhos e da Organização da Unidade Africana (OUA), foi assinado o Acordo de Paz de Arusha entre o governo ruandês e a FPR em 1993, buscando diminuir as hostilidades no país, repatriar os refugiados e instalar um governo transitório misto entre as partes (ADEKUNLE, 2007). Para monitorar o cessar-fogo, foi criada a UNAMIR (Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda), comandada pelo general canadense Roméo Dallaire. Em 1994, o general enviou ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, um relatório contendo indícios de treinamentos para um possível extermínio aos tutsis, mas o secretário preferiu pela não-intervenção com uso da força por parte da UNAMIR (ANDRADE, 2015).

O estopim do genocídio ocorreu em 6 de abril de 1994 com a derrubada do avião em que estavam presentes o presidente ruandês Hutu, Juvenal Habyarimana, e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira. Os dias seguintes ao atentado foram uma disseminação por todo o país de “membros das Forças Armadas de Ruanda, da Guarda Presidencial e das milícias (...) eliminando tutsis, twas e hutus moderados⁷, utilizando armas de fogo, machetes ou outras armas brancas” (PAULA, 2011, p. 36). O objetivo dos extremistas era deter o monopólio do poder estatal, e não dividi-lo como pontuado no Acordo de Arusha. Mesmo sem fazer parte da milícia, a população Hutu comum também cometia atos de genocídio sob o risco de perder a própria vida e a de familiares caso não participasse. O conflito civil durou aproximadamente 100 dias reproduzindo atos de tortura, estupros e chacinas sem limitar as agressões por idade, gênero, religião ou parentesco (THOMSON, 2009).

⁷ Hutus moderados referem-se aos Hutus que se recusaram a participar da chacina do grupo Tutsi, sendo contrários à posição genocida do governo. Muitos deles ajudaram a salvar vidas Tutsis, enquanto muitos outros foram executados. A construção serve como oposição a Hutus “extremistas”, nome atrelado aos perpetradores dos crimes (PRESS, 1994).

A autora Hinterjens (1999) cita o pesquisador Jean-François Bayart ao postular que o fator étnico, apesar de dominar a percepção do conflito, não pode ser pensado como fator exclusivo para a violência registrada no país. O violento período culminado no genocídio fez parte de uma profunda crise estrutural, entendida como uma reação enraizada à crise de legitimidade vivida pelo Estado ruandês em um contexto de disputa pelo poder nacional. Dessa forma, a segregação racial e os ideais de eliminação do inimigo cresciam e se reproduziam na crise, entendidos muitas vezes como respostas para os problemas de Ruanda. Assim, foram múltiplas as motivações individuais e regionais para os atos genocidas, possibilitadas e incentivadas pelo contexto político local e histórico social. Como postula a doutora em filosofia, Susan Thomson (2009, p. 265, tradução nossa), o poder colonial foi um dos maiores responsáveis pelo genocídio, ao “institucionalizar políticas de *divide and rule* (dividir e governar) que encorajavam todos Hutus a odiarem todos os Tutsis” durante domínio belga. Segundo a autora, essa animosidade étnica criada pela elite tinha como fim último conquistar e consolidar seu poder, ao passo que, antes do período colonial, era a posição socioeconômica dos ruandeses que moldavam as suas realidades, e a etnia representava a influência dessa posição.

Complementando os detalhes da narrativa histórica de antecedentes do conflito, a seção seguinte encerra o capítulo um com uma sucinta análise da posição e do papel dos gêneros em Ruanda no que tange as décadas antecedentes ao período colonial, perpassando a dominação imperialista e o período de independência até o ano de 1994.

1.2.2 As relações de gênero na tradição ruandesa

Odette lembra-se das possibilidades e dos limites de crescer em sua família, a qual ela perderia quase que inteiramente no genocídio. Meus pais tinham dezoito crianças. Nós irmãs tentávamos arduamente ser como os meninos.

Nessa visão multidimensional do tratamento tradicional de meninas e mulheres, a palavra “negligenciada” não pode ser evitada. A educação formal, introduzida sob a lei colonial no início dos anos 1900, traçou uma forte linha entre quem era privilegiado e quem não, com oportunidades baseadas em etnias recém cimentadas, que convenientemente ignoravam realidades complexas como casamentos entre etnias. A questão de gênero estava no topo dessa mesma triste lista. As primeiras escolas eram administradas por missionários e aceitavam apenas garotos.

A jovem Odette enfrentava desafios duplos: uma sociedade que ainda não enxergava o valor dos papéis das mulheres além do doméstico e um país que descaradamente discriminava cidadãos de sua etnia. Nas famílias ruandesas, não se era bem visto quando uma mulher dava luz apenas a meninas. Quando eu terminei o ensino secundário, eu disse a meu pai que

queria ir para a universidade. Ele disse, “*Minha filha, você não conhece o país em que vivemos. Você nunca será Madeleine Ayinkamiye!*”. Ministra de assuntos sociais nomeada em 1964, Madeleine Ayinkamiye foi a primeira mulher membra do gabinete ruandês (ela serviu por cerca de um ano) e a única até o ano de 1992 (HUNT, 2017, n.p., grifo do autor, tradução nossa).

O depoimento acima é trecho do livro “*Rwandan Women Rising*”⁸, da escritora Swanee Hunt, que relata diferentes experiências de mulheres líderes na reconstrução de Ruanda depois de 1994. Apesar das limitadas oportunidades existentes para as mulheres ruandesas no contexto em que cresceu, a jovem Odette do livro é Odette Nyiramilimo, médica e nomeada no ano de 2003 como Ministra do Estado para Assuntos Sociais do país (HUNT, 2017). Com efeito, no ano de 2018, as mulheres representam a maioria em assentos no congresso ruandês, mas essa recente ascensão do papel feminino em termos socioeconômicos e políticos subverte uma sociedade de estrutura patriarcal que culturalmente e institucionalmente subordinava mulheres e meninas (IZABILIZA, 2005).

Tal como em muitas sociedades mundo afora, as relações de gênero em Ruanda tradicionalmente excluía, com poucas exceções, as mulheres da política, da economia, do ensino, do mercado e de cargos de poder. Essa desigual relação entre homens e mulheres aumentou durante o período colonial e foi violentamente exacerbada durante o genocídio, com uma série de abusos e estupros como instrumento de guerra e símbolo de humilhação que evidenciam a característica gendrada do conflito, tema que será ainda aprofundado no capítulo seguinte (AFRICAN UNION, 2000).

Nos dois anos seguintes ao embate, a população feminina representava 70% do país, passando a adquirir novos e importantes papéis no processo de reconstrução e desenvolvimento da devastada comunidade ruandesa (AFRICAN UNION, 2000). Como postulam Peace Uwineza e Elizabeth Powley, o rápido avanço em termos de gênero na Ruanda contemporânea foi fruto da excepcional conjuntura social e política do país logo após 1994. Porém, as autoras afirmam que o sustento e a continuidade dessas transformações pró-equidade no âmbito cultural depende de uma “liderança nacional, reformas legais, políticas e mandatos progressistas, mecanismos institucionais e de um movimento vibrante de mulheres” (UWINEZA; POWLEY, 2009, p. 5).

⁸ Ainda sem versão em português, mas que em tradução livre entende-se por “Ascensão das Mulheres Ruandesas”.

Historicamente, poucos são os registros das relações de gênero existentes na Ruanda pré-colonial, ao passo que grande parte da história reportada é apresentada por tradição oral. A princípio, deve-se pontuar que as posições relativas de gênero no país sofrem variações de acordo com o grupo étnico, a região e o status socioeconômico dos indivíduos. Essas especificidades quando relacionadas a certos aspectos e práticas da cultura ruandesa por vezes oprimem e subjagam ora valorizam e respeitam a figura feminina, conforme será detalhado a seguir (UWINEZA; POWLEY, 2009).

Os papéis de gênero na tradição ruandesa eram inicialmente relacionados às divisões de trabalho, com homens e mulheres detendo diferentes responsabilidades sociais. Os papéis sociais de homens e mulheres guiavam à complementaridade e não à equidade de funções, claramente dotados de hierarquia. Dessa forma, as mulheres eram as responsáveis pelo ambiente doméstico, com seu valor atribuído ao seu desempenho como mãe, esposa e nos cuidados do lar. Neste sentido, as mulheres possuíam relativa autonomia na tomada de decisão para assuntos familiares, sendo respeitadas por seu papel maternal visto a importância cultural dada ao casamento e à maternidade na sociedade pré-colonial. Contudo, esperava-se delas uma postura submissa ao marido, que ainda detinha a autoridade máxima na esfera da família (AFRICAN UNION, 2000).

Em contrapartida, os papéis de gênero socialmente atrelados aos homens relacionavam-se à ocupação de posições na vida pública, em atividades comerciais e de obrigação em prover o sustento da família (UVUZA, 2014). Com a administração colonial, a estrutura social ruandesa sofreu uma importante e desigual transformação com a atribuição do poder local aos homens Tutsis: concedendo a eles privilégios quanto ao acesso à educação, direitos à propriedade de terra e cargos de chefia. Assim, os Tutsis respondiam a cargos administrativos, acadêmicos e de liderança, enquanto os Hutus serviam à agricultura (POWLEY, 2003). Como uma das consequências, no princípio da colonização belga, as escolas eram instituições religiosas destinada apenas a meninos. Apenas na década de 1940 que essas instituições passaram a aceitar grupos de meninas, com o intuito de treiná-las para funções de freiras e enfermeiras, bem como prepará-las para o casamento e para a maternidade. Nenhuma das tarefas atreladas à preparação para o mercado de trabalho ou funções comerciais (UWINEZA; POWLEY, 2009). Recordando os pressupostos anteriormente teorizados por Jardim e Cavas (2017) no início do

capítulo quanto ao feminismo decolonial, aqui vislumbra-se como a opressão do imperialismo colonial atingia duplamente as mulheres, subalternizadas não apenas pela figura patriarcal como também pelo grupo étnico às quais pertenciam.

Dentre algumas práticas discriminatórias operadas contra as mulheres tem-se o negado direito a possuir e herdar terras, atribuições essas exclusivamente masculinas, em que a herança era transferida do pai ao seu filho ou irmão (USAID, 2015). Na cultura ruandesa, o conceito de herança refere-se majoritariamente ao direito à propriedade a partir do casamento. As mulheres casadas deveriam morar na terra de seu marido, enquanto os filhos homens ganhavam propriedades para construir seu lar. Dentre as diversas problemáticas dessa lei entende-se que, em caso de dissolução do casamento por falecimento do marido, a mulher não tinha respaldo legal para reivindicar posses: a família paterna poderia requerer a propriedade e os filhos, cabendo a ela retornar à família materna. Como resultado, essa normativa gerou também grandes desafios logo após o genocídio, com a morte, refúgio ou prisão dos homens, milhares de mulheres tiveram suas casas saqueadas e sem parentes paternos ou maternos a quem recorrer (VANHESS, 2014).

Ainda de acordo com Uwineza e Powley (2009), o papel de gênero das mulheres na vida pública apresenta um dos contextos mais proeminentes para a avaliação das conquistas e os avanços femininos na sociedade ruandesa. Como cita a escritora Hunt (2017), um dos registros históricos de participação feminina em cargos chefes na política pré-colonial retrata a figura da *Queen Mother* (Rainha-Mãe). Tradicionalmente, o rei Tutsi não era coroado sozinho, ele co-governava a nação com sua mãe ou madrasta, e em caso de ser muito jovem para assumir a monarquia, era a Rainha-Mãe quem conduzia o governo. Dentre as Rainhas-Mãe mais conhecidas está *Kanjogera*, que compartilhou com seu filho o reinado de Ruanda entre 1895 e 1931, conduzido com autoridade e rigor. Ao final do seu reinado e início da colonização belga, a estrutura patriarcal vigente atrelou uma imagem negativa ao nome *Kanjogera*, traduzidas como chefes perigosas e de autoridade ilegítima, desencorajando a participação feminina na política (HUNT, 2017).

Além disso, Uwineza e Powley (2009) descrevem que durante o período colonial as mulheres não falavam em público, especialmente frente à presença masculina, e tampouco podiam participar de deliberações públicas.

Complementarmente, Jennie Burnet (2008) retrata que, com o decorrer da administração belga, o governo passou a dar suporte a centros sociais para as mulheres buscando atender às necessidades principalmente das camponesas, provendo oportunidades de alfabetização, educação em saúde e práticas de liderança. Foi durante esse período que Madeleine Ayinkamiye ganhou o posto de primeira mulher nomeada Ministra de Ruanda em 1964. Porém, após o golpe e o advento da Segunda República em 1973, o governo ruandês tomou posturas mais tradicionais e segregacionistas quanto às divisões de gênero, “excluindo amplamente as mulheres da governança e dos principais postos governamentais” (BURNET, 2008).

Em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, diferentes organizações nacionais e locais da sociedade civil emergiram em Ruanda, muitas voltadas às necessidades das mulheres rurais, que forneciam serviços de comércio, de advocacia, de oportunidades de microcrédito, entre outras a fim de fomentar iniciativas de desenvolvimento e empoderamento. Como consequência, o maior envolvimento feminino no reconhecimento de suas desigualdades institucionais e a pressão da comunidade internacional pela maior democratização de países autoritários como o ruandês incentivou o governo a criar, em 1992, o Ministério do Desenvolvimento da Família e das Mulheres⁹, e a nomear, em 1993, Agathe Uwilingiyimana como a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra de Ruanda (BURNET, 2008). Porém, as poucas mulheres que ocupavam cargos de liderança política nesse período sofreram algumas cenas de repressão popular, acusadas de ferirem as tradições do país. Como consequência, a própria Primeira-Ministra teve durante mandato a sua imagem relacionada a caricaturas promíscuas que estariam ameaçando a nação, além de ter sido uma das primeiras políticas assassinadas no genocídio, já no segundo dia do confronto, juntamente com 10 soldados belgas que atuavam em sua proteção (HUNT, 2014).

Certamente, as maiores contribuições das recentes organizações de mulheres na sociedade civil ruandesa em prol de transformações institucionais e culturais no país foram registradas após o conflito de 1994. Com o Estado em crise, essas organizações e lideranças locais preencheram o vácuo estatal e forneceram diversos serviços fundamentais à população afetada, assumindo um importante

⁹ Original: *Ministry for the Promotion of Women and the Family* (NURNET, 2008, p. 19)

papel nos processos de reconciliação e de reconstrução do país no novo governo, como veremos a seguir (POWLEY, 2003).

Considerando todas as concepções do estudo de gênero e dos enfoques das teorias construtivista, feminista e decolonial interseccionadas, complementadas às contextualizações proporcionadas pela narrativa história de Ruanda e de suas relações de gênero, avançamos para o segundo capítulo. Nele, busca-se abordar os desdobramentos que marcaram o genocídio, os desafios decorrentes dele e a atuação das mulheres logo após o conflito na tentativa de reestruturação do país.

2 DO GENOCÍDIO À RECONSTRUÇÃO: ATUAÇÃO FEMININA DURANTE E NO PÓS-CONFLITO

Foi visto no primeiro capítulo a importância da igualdade de gênero como base para o desenvolvimento sustentável das nações e as principais teorias que incorporam o mundo feminino e africano como categorias legítimas de pesquisa. Ademais, o capítulo desenhou um panorama histórico dos antecedentes do conflito, com enfoque na rivalidade étnica entre Hutus e Tutsis impulsionadas pelas disputas do poder nacional, assim como apresentou e deu luz ao submisso papel da mulher ruandesa em sociedade no mesmo período.

Partindo desse contexto, o segundo capítulo objetiva compreender de que forma se deu a atuação das mulheres ruandesas no processo de reconstrução e reconciliação de Ruanda após o genocídio. Para tanto, o capítulo será dividido em duas seções. A primeira seção tratará dos desdobramentos dos 100 dias do conflito e a extensão de suas consequências para os indivíduos e para o governo em termos econômicos, políticos e sociais. Especial atenção será dada às barbáries perpetradas majoritariamente contra o povo Tutsi e às violências com base de gênero aplicadas contra as mulheres, bem como à necessidade de transformação estrutural no país para superação da crise.

Posteriormente, a segunda seção analisará as razões e as diferentes formas pelas quais as mulheres atuaram no processo de reconstrução e reconciliação social do pós-conflito entre os anos de 1994 e 1999. Esse período abrange a reestruturação emergencial do país a partir do encerramento¹⁰ do confronto em julho

¹⁰ Tem-se como o término oficial do conflito a derrota do governo interino e a instalação da Frente Patriótica Ruandesa no poder em 4 de julho de 1994. Considera-se os 100 dias de genocídio como o período da violência institucionalizada, mas ataques civis ainda eram registrados meses depois (PINTO, 2011).

de 1994, em que as ações do Estado estavam voltadas à resolução das graves consequências geradas pelo embate em termos humanos e estruturais. Assim, busca-se compreender em que medida a atuação local e nacional das mulheres ruandesas colaborou para a reestruturação social e do Estado, atuando ao lado do governo e da comunidade internacional. A partir de então, conclui-se o capítulo apontando os primeiros avanços legais e institucionais do período emergencial em termos de igualdade de gênero a nível nacional e internacional. Como será exposto no decorrer do capítulo, a crescente agência feminina na superação dos desafios do pós-conflito permitiu às mulheres a compreensão de suas experiências de opressão, o seu entendimento como agentes de transformação social e abriu portas para o empoderamento feminino na luta por igualdade de direitos em sociedade.

2.1 ABRIL A JULHO DE 1994: AS BARBÁRIES E OS DESAFIOS DE UM GENOCÍDIO

Durante o genocídio, você não pode imaginar como foi. Meu pai era um intelectual e lecionava na universidade. Ele foi um dos primeiros a ser morto quando os *interahamwe* e os outros assassinos chegaram a Butare. Minha mãe morreu com ele, assim como minhas três irmãs e meu irmão mais novo. Eles mataram todos eles na casa onde eu cresci. Meu pai nos disse quando as coisas começaram em Kigali que o genocídio não chegaria aqui [Butare] por causa das boas relações entre hutus e tutsis. Mas ele subestimou seus colegas; seus colegas hutus mataram minha família. Meu outro irmão foi morto em uma barricada não muito longe daqui. Eu estava sozinha depois disso; eu sou o único sobrevivente na minha família [mais próxima]. Quem matou meu irmão era um hutu prestigiado - muito poderoso, já que possuía terras e tinha muitas pessoas trabalhando para ele. Mas antes que as coisas acontecessem [o genocídio] ele era conhecido por ser um hutu moderado. Meu pai era seu amigo e ele e sua esposa costumavam nos visitar pelo menos uma vez por mês. Tudo isso e ele ainda matou meu irmão!

Como minha família havia sido morta, achei que seria inteligente ir para casa e me esconder lá até que a matança parasse. Quando cheguei lá, o hutu que matou meu irmão estava lá. Então eu entrei em pânico. Entrei tanto em pânico que paralisei quando o vi em nossa cozinha. Ele me viu e correu para fora da casa. Eu sabia que ia morrer naquele momento, então não corri. Eu estava tão cansado de me esconder e correr...

Quando ele veio, eu escondi meu rosto e esperei que ele me matasse rapidamente. Mas em vez disso, ele me segurou com muita força e chorou. Ele chorou e chorou e pediu minha compreensão. Ele disse: "É guerra. E nós estamos matando todos os tutsis. Eu estou cumprindo meu dever. Eu matei muitos dos meus amigos. Você não pode ficar aqui; não é seguro porque os esquadrões [da morte] estão a caminho para saquear e depois queimar esta casa". Eu não conseguia acreditar nos meus ouvidos. Este hutu que já matou estava tentando me proteger. Eu disse a ele que estava tão cansado e que não sabia o que fazer para me salvar. Ele disse que estava cansado também. Nós nos sentamos no chão e descansamos juntos por um minuto. Então ele disse: "É isto que você vai fazer. Você irá para minha casa. Há outros tutsis lá. Você não pode ficar em casa porque nós [os assassinos] estamos procurando por você. Os superiores nos

mandaram te matar por causa do seu pai. Você é o único que restou da sua família e seu nome está em nossa lista de pessoas que devem ser mortas. Se você entrar na minha casa, você colocará outros tutsis em perigo. Eu quero que você vá ao meu galinheiro. Esconda-se lá até que possamos decidir como cuidar de você. Há muitas barricadas e as milícias estão a caminho”.

Fui para o seu galinheiro e fiquei lá por três semanas até a guerra terminar. Ele me trouxe comida e água. Ele realmente me salvou. Ele fugiu para os campos [de deslocados internos] depois que a força de proteção francesa chegou e eu nunca mais o vi. Que eu saiba, ele nunca foi acusado de genocídio. Tudo que sei é que ele me salvou; talvez ele tenha salvado alguns outros porque havia cerca de 20 tutsis em sua casa quando cheguei lá. Mas ele também matou. Eu não sei o que estava errado com sua mente, mas talvez algumas pessoas façam coisas malignas por motivos que eu não entenda. Eu sei que ele me salvou, mas eu também sei que ele matou meu irmão (entrevista com Didier, um homem tutsi *umukene wifashije* (de classe média-baixa) de 47 anos) (THOMSON, 2009, p. 113, tradução nossa).

Após a queda do avião com os presidentiáveis de Ruanda e Burundi, instalou-se no território ruandês um dos piores genocídios já registrados na história contemporânea. Como vingança à morte do presidente Habyarimana, a milícia *Interahamwe* e os soldados da guarda presidencial iniciaram a chacina de civis Tutsis e de opositores do governo na capital (PINTO, 2011). Nas primeiras vinte e quatro horas de conflito, unidades militares ruandesas percorreram as ruas de Kigali executando a elite Tutsi e os Hutus moderados de influência política. Como citado anteriormente, a primeira-ministra ruandesa, legalmente a nova chefe de Estado na ocasião, foi uma das primeiras vítimas dos atentados em Ruanda mesmo sendo Hutu. Os Ministros da Agricultura e do Trabalho também foram alvos em sequência, juntamente com demais políticos que ocupavam altos cargos do governo em gestão na época (HAPEREN, 2012).

Os truculentos ataques espalharam-se pela capital nos primeiros dias, mas rapidamente alastraram-se pelo país ganhando massivo apoio popular, com adesão de civis e camponeses contra o povo Tutsi (GUARISO; INGELAERE; VERPOORTEN, 2017). Com uma semana de conflito, o planejamento dos ataques chegou às áreas rurais, em que “prefeitos informaram subprefeitos, que, por sua vez, explicavam aos seus funcionários mais próximos como os comandos seriam passados aos verdadeiros assassinos”. A autoridade e a influência desses representantes e demais diretores, conselheiros e empresários locais foi fundamental em armar e incitar a sociedade civil a operar as violências nas províncias e comunidades (HAPEREN, 2012, p. 110, tradução nossa).

Segundo Luiz Paula (2011), o sistema de identidade étnica implementado durante a colonização belga auxiliou não apenas no reconhecimento do grupo étnico

ao qual as pessoas pertenciam como também contribuiu para a impunidade, permitindo que a destruição dos documentos ocultasse a existência das vítimas. Ademais, segundo Maria Haperen (2012), a mídia também teve um grande papel na incitação de ódio contra o povo Tutsi, com a divulgação de nomes a serem perseguidos, apontando rotas de fugas a serem bloqueadas e identificando locais de esconderijos.

Compreendendo a mobilização popular que o conflito abarcou, tem-se, a partir daí, uma das características mais singulares do caso ruandês: o genocídio de proximidade. Os ataques eram instrumentados entre vizinhos, familiares e amigos de forma banalizada, e complementados com pilhagens, violações e torturas (PINTO, 2011). A princípio, os alvos eram individuais e as milícias direcionavam-se sistematicamente de casa em casa dos bairros de Kigali no reconhecimento de famílias Tutsis. Posteriormente, a liderança que planejou o conflito aderiu a novas táticas, atraindo as vítimas a igrejas, escolas, casas de governo e hospitais, vistos como locais seguros, para massacres em larga escala (DESFORGES, 1999). Sem o caráter de um acontecimento isolado, estima-se que cerca de 700 mil a 1 milhão de pessoas foram assassinadas em todo o país, a grande maioria no primeiro mês de combate, um violento resultado do histórico processo político, social e cultural de polarizações em Ruanda (PINTO, 2011).

Paralelamente, o Conselho de Segurança da ONU não deu a devida atenção aos indícios e avisos relatados ainda em janeiro e tampouco agiu a tempo de evitar a disseminação do conflito quando iniciado. Após o assassinato de 10 integrantes belgas que escoltavam a então primeira-ministra, o Conselho de Segurança da ONU ordenou a retirada completa das forças belgas no país em 21 de abril, nos primeiros 15 dias de confronto: dos 2.165 militares originais da UNAMIR, apenas 270 foram autorizados a permanecer¹¹. Durante os dias iniciais de conflito, as tropas

¹¹ Diversos foram os fatores para a decisão de não-intervenção e de retirada das tropas da missão de paz do território ruandês por parte dos países membros permanentes do Conselho, com grande influência norte-americana. Segundo a Convenção sobre genocídio de 1948, estabelecida após as violências da 2ª Guerra Mundial, “quando fosse detectado um processo de genocídio, os países signatários se comprometiam a agir de todas as formas necessárias para impedir seu prosseguimento”. Os porta-vozes americanos, contrários ao estabelecimento da missão de paz em Ruanda, utilizavam a expressão “atos de genocídio” para o caso ruandês, que não inferia a obrigação de agir da Convenção como a palavra “genocídio” impunha. Dentre as razões dos Estados Unidos da América (EUA) está a falha da missão americana na Somália em 1993, com a morte de diversos militares enviados pelo país. A partir daí, os EUA passaram a proibir o envio de tropas nacionais e a evitar que outros países fizessem o mesmo para missões que não concordavam, tanto pelo alto custo como para evitar a morte de militares norte-americanos. Dessa forma, as Nações Unidas, EUA,

mantinham alguns locais de proteção e refúgio visto que não podiam intervir para combater os ataques, apenas atuar para proteção, prevenção e legítima defesa. Assim, já no primeiro dia da saída das tropas do país, cerca de 2 mil pessoas foram executadas dentro da escola técnica ETO, em Kigali, onde os belgas mantinham uma unidade de proteção, deixando o local e os refugiados tutsis a mercê dos ataques (MELO, 2004).

Reconhecendo a omissão, em 17 de maio o Conselho de Segurança aprovou a ampliação das tropas da UNAMIR para 5.550 soldados, que, por atraso e posição contrária de demais membros permanentes do Conselho, chegaram ao país somente após 1º de julho, já nos dias finais do genocídio (MELO, 2004). Paralelamente, a França, país aliado e um dos fornecedores de armas do governo ruandês de Habyarimana, propôs a atuação de uma força de paz liderada pelos soldados franceses enquanto a expansão da UNAMIR não se concluíra. Nomeada como Operação *Turquoise*, as tropas francesas foram aprovadas em 22 de junho para bloquear o avanço da FPR, proteger o êxodo dos Hutus e da população em áreas controladas pelo governo. A confusa operação foi acusada anos depois por envolvimento no genocídio, impedindo o avanço da FPR e permitindo a fuga de perpetradores (MATTOS, 2007).

2.1.1 As mulheres no confronto

Retomando o conceito de divisão sexual da guerra apresentada por Cockburn (2010) no primeiro capítulo, a autora demonstra que homens e mulheres vivenciam diferentes papéis sociais e diferentes experiências em períodos de guerra, fruto da desigual relação de poder dos gêneros em sociedades patriarcais. Para Cockburn, nessas culturas historicamente patriarcais, a diferenciação de papéis demonstra como a sociedade atribui diferentes comportamentos, valores e símbolos a cada gênero, atribuições que não se limitam apenas a períodos de guerra, mas que compõem também as divisões sexuais de trabalho, de âmbito acadêmico, de campo político e diversos outros.

Porém, quando observado especificamente os papéis de gênero em conflitos armados, as mulheres estão estatisticamente entre as principais vítimas civis,

França e Bélgica mesmo a par das violências que ocorriam em território ruandês não tomaram medidas eficientes a tempo para evitar a continuidade dos ataques (MELO, 2004, p. 26).

refugiadas, mortas por doenças, alvos de abusos sexuais e responsáveis pelos cuidados de crianças e idosos. Ao passo que os homens, majoritariamente, são os principais combatentes em campo, as principais mortes do conflito, os que recebem um violento treinamento e deles espera-se que matem. Como consequência, como descreve Carmem Portolés (2012), se constrói e se reproduz socialmente a imagem das mulheres como vítimas, sem agência e naturalmente pacíficas, enquanto os homens são historicamente retratados com estereótipo de dominadores e violentos. Assim, homens e mulheres praticam e sofrem violências de acordo com o seu papel e posição em conflitos, identidades essas que são vivenciadas em conflitos e reproduzidas posteriormente via cultura na história oral, em narrativas, filmes e literaturas tradicionais. Bem como existem os padrões de comportamento, Cockburn (2010) conclui que sempre há as exceções. Segundo a autora, 5%, 10% ou 15% de um dos gêneros atuam em posição divergente da esperada em conflitos, desde mulheres em altos cargos de combate e em campo ou homens entre violados e enfermeiros.

Como sociedade profundamente patriarcal, Ruanda seguiu esse padrão de divisão sexual da guerra durante os dias de conflito: com um confronto marcado por violências e abusos com especificidades de gênero; homens dentre a maioria dos combatentes; mulheres como maioria entre os sobreviventes e responsáveis pelo cuidado de crianças e doentes; e a pequena porcentagem que compete às exceções, como pontuado no decorrer do capítulo.

No que se refere a violências com base no gênero, a teórica americana Kimberlé Crenshaw (2002) corrobora que em momentos de conflito as violências de gênero ganham novos contornos, especificidades e motivações. Os estupros e abusos sexuais são violências específicas perpetradas em sua vasta maioria contra as mulheres em situações de guerra, práticas essas que não devem ser consideradas meros resultados de conflitos, mas sim atos profundamente relacionados à histórica opressão e papel social subordinado da mulher (CRENSHAW, 2002).

A autora reforça que, dentre as diferentes motivações e símbolos do uso do estupro como arma de guerra, “as mulheres são alvos especiais desse tipo de abuso por serem frequentemente percebidas como representantes da honra simbólica da cultura e como guardiãs genéticas da comunidade” (CRENSHAW, 2002, p. 176). Logo, a violência sexual era aplicada como forma de humilhação e propagação de

medo generalizado, bem como utilizada de estratégia para atingir o adversário, ao engravidar as mulheres do outro grupo para controle da descendência em uma guerra de limpeza étnica (PERES, 2011).

Esse uso de violência sexual como arma de guerra contra as mulheres foi uma das bárbaras características do conflito em Ruanda. Estima-se que cerca de 100 mil a 250 mil mulheres foram violentadas durante os três meses de genocídio (UNICTR, 2014). Como consequência dessas práticas, segundo dados levantados pela pesquisa da ONG AVEGA AGAHOZO (Associação de Viúvas do Genocídio) em 1999, milhares de crianças nasceram de estupros, 80% das sobreviventes de abusos entrevistadas na pesquisa possuíam algum tipo de trauma, enquanto 66% delas relataram o contágio pelo vírus da AIDS como consequência das violações (GERVAIS, 2004). Decerto, como reiteram as escritoras Maria Stern e Maria Baaz (2013), a prática de estupro em guerra é uma conduta tão antiga quanto a própria guerra em si, porém apenas recentemente foi atribuída a ela uma perspectiva de gênero para análise, em virtude dos estupros em massa registrados nos conflitos armados de Ruanda e de Bósnia e Herzegovina nas décadas de 1990.

Igualmente, conforme as expectativas dos papéis de gênero, as mulheres representaram o maior número de refugiadas e de vítimas civis sobreviventes do conflito em Ruanda. Contudo, é importante salientar a existência das exceções. Em significativa menor proporção, muitas mulheres tiveram participação direta e indireta em atos de violência durante o genocídio, representando cerca de 6% das pessoas sentenciadas à prisão. A lei ruandesa aplicou a mesma punição a perpetradores e a cúmplices de crimes, sendo esta última categoria a maior causa dos encarceramentos femininos, com acusações que envolvem a negação de abrigo a Tutsis, apoio a assassinos, disseminação de informações, saque de propriedades, bem como assassinatos e posições de liderança no planejamento dos ataques. Como apontado pela pesquisa de Nicole Hogg (2010) sobre o envolvimento feminino no genocídio, as mulheres culpadas que agiram conforme expectativa de gênero, com participação indireta nos crimes, atribuíam-se menos julgamento e culpa moral pelos atos. Entretanto, as mulheres consideradas culpadas por papéis diretamente violentos, transgredindo o estereótipo cultural feminino, eram majoritariamente “retratadas como más ou não-mulheres e tratadas com toda a força da lei” (HOGG, 2010, p. 71).

2.1.2 Sociedade ruandesa ao fim da guerra civil

Como citado no início do capítulo, o período do genocídio teve seu fim oficial em 4 de julho de 1994 com a queda do governo interino e a instauração de um novo governo de transição comandado por Paul Kagame da Frente Patriótica Ruandesa. Porém, o fim do massacre não significou a cessação completa dos conflitos, diversos ataques continuaram pelo país, principalmente na fronteira com a República Democrática do Congo (antigo Zaire). Logo, o governo estava formado, mas os desafios de reconstrução social e consolidação da paz em uma sociedade amplamente desestruturada e dizimada eram imensos (HATEGEKIMANA, 2011).

Não existe um consenso sobre o número de pessoas afetadas pelo conflito, mas em um país de aproximadamente 7 milhões de habitantes, estima-se a violenta perda de aproximadamente 700 mil a 1 milhão de indivíduos, representando uma grande mudança demográfica na estrutura social e econômica de Ruanda (HATEGEKIMANA, 2011). Segundo Pamela Paxton e Melanie Hughes (2007 apud WARNER, 2016), uma vez que a grande maioria dos combatentes eram homens, a população ruandesa logo após o conflito passou a configurar-se 60% a 70% feminina. Fortalecendo esse desequilíbrio, cerca de 90 mil homens foram encarcerados até o ano de 1995 por participação nos ataques.

Como consequência da guerra civil, centenas de milhares de pessoas ficaram feridas, com sequelas ou traumas permanentes em testemunho às barbáries (MELO, 2004). Ainda, cerca de 2 milhões de pessoas ocuparam campos de refugiados em países vizinhos, majoritariamente na República Democrática do Congo, Uganda, Tanzânia e Burundi. Esses refugiados eram compostos tanto por grupos Tutsis fugindo de perseguições como também por Hutus moderados ou que perpetraram violências e tentavam escapar de punições (NEWBURY; BALDWIN, 2000).

Ao final do conflito, as cidades ruandesas estavam com sua infra-estrutura básica em crise, com dificuldade de acesso à água, energia elétrica, centros de saúde, além de presenciarem corpos mutilados em via pública (PINTO, 2011). Ademais, a economia e as instituições estatais estavam paralisadas, os ministérios e cofres públicos saqueados, veículos roubados, além de diversos funcionários do governo sobreviventes terem fugido do país a procura de abrigo (NEWBURY; BALDWIN, 2000). Como descreve Gervais (2004), a agricultura, base da economia

do país, foi fortemente afetada com destruição de plantações e redução de terras cultiváveis, forçando grande parte da população a renovar seus terrenos e buscar novos trabalhos.

Paralelamente, a moradia continuou como um grande problema do país no pós-conflito. Muitos deslocados internos e refugiados abandonaram suas propriedades, enquanto outros ocupavam as casas vazias deixadas por famílias dizimadas ou exiladas (NEWBURY; BALDWIN, 2000). Essa realidade social de abandono misturava-se ao sentimento de medo e insegurança social dado ao mencionado caráter de proximidade entre os perpetradores e as vítimas do conflito. As autoras Newbury e Baldwin (2000) descrevem os efeitos sociais desse período com as especificidades de gênero:

A guerra e o genocídio abalaram as densas redes locais de amizades e a solidariedade comunitária que tradicionalmente proporcionavam consolo e apoio às mulheres. Membros da família e amigos foram mortos ou fugiram, e vizinhos e ex-amigos algumas vezes tornaram-se inimigos. O que restou não foi apenas o deslocamento social, mas também o legado de medo, insegurança, raiva e, para alguns, desejo de vingança. Sob essas condições, a confiança social se dissolveu e muitas mulheres sentiram-se isoladas, sozinhas e abandonadas; elas acharam difícil confiar nos outros além dos membros de suas famílias imediatas. Muitas mulheres que sobreviveram à guerra e ao genocídio tiveram grave privação econômica. Não surpreendentemente, os lares chefiados por mulheres eram vulneráveis. (...) Muitas mulheres ficaram completamente desamparadas, sem sequer um lugar para morar. A extrema pobreza tornou difícil para as mulheres cuidarem de crianças e outros parentes sobreviventes e restrições legais dificultaram os esforços em obter acesso a propriedades e terras pertencentes a seus maridos falecidos ou outros parentes (NEWBURY; BALDWIN, 2000, p. 3, tradução nossa).

Segundo Alesina e Dollar (1998 apud HATEGEKIMANA, 2011, p. 138), países que emergem de fortes guerras precisam enfrentar os “normais” problemas de desenvolvimento socioeconômico pós-disputa enquanto possuem o adicional desafio de reconstrução e restabelecimento da paz. Somente com a cessação das violências, do estabelecimento da paz e da segurança é possível endereçar pacificamente as injustiças cometidas às instituições responsáveis, que a nível local e nacional também demandam reestruturação. Portanto, o sucesso do processo de reconstrução de Ruanda exigia esforços por um sistema de justiça sustentável e restaurado, pela união e reconciliação nacional, além de projetos de desenvolvimento socioeconômico em todo o país.

Como conclui Hunt (2014, n.p., tradução nossa), os efeitos do genocídio dizimaram as instituições sociais, econômicas e políticas de Ruanda, mas a sua

reconstrução nos anos seguintes ao conflito forjou um país drasticamente diferente. Uma significativa melhoria em termos sociais emergida do processo de reconstrução do pós-conflito foi o surgimento e a consolidação da liderança das mulheres ruandesas na política e na sociedade civil, que “tornaram-se uma força desde o menor conselho da aldeia até os mais altos escalões do governo nacional”. A próxima seção discorre como se deu a agência feminina após a guerra civil no período de reestruturação e reconciliação nacional.

2.2 A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Como anteriormente descrito, no período prévio a 1994, as mulheres já detinham restrita participação na vida pública e um submisso papel em sociedade, enquanto que, durante o conflito, passaram a ser particularmente e violentamente afetadas com base no gênero (ENDA, 2003). Como destaca Binaifer Nowrojee (1996, p. 2), independentemente da posição social a qual pertenciam, as mulheres ruandesas tiveram complicações exacerbadas após o genocídio: os já tradicionais costumes e normas não-igualitários somaram-se a estigmas sociais a elas atribuídos no pós-conflito, dadas as violências sexuais, as gravidezes indesejadas, as doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros. Ademais, soma-se também a crescente pobreza e a baixa saúde física e mental, entre os diferentes grupos de mulheres na crise pós-bélica. Em meio a esse crítico contexto social, marcado a partir de então por uma população majoritariamente feminina, as mulheres ruandesas se organizaram e tomaram a frente nos esforços de reconstrução nacional para resistir aos seus novos desafios (MADSEN, 2018).

Segundo Jodi Enda (2003, n.p., tradução nossa), “normalmente, as pessoas que foram excluídas ou sub-representadas são grandes parceiras para mudança (...), isso geralmente refere-se às mulheres”. Igualmente, após períodos de guerra, é comum que diferentes sociedades apresentem uma fase de transição política, o que pode caracterizar novas oportunidades de inclusão e integração social a grupos até então marginalizados. Em alguns países que vivenciaram períodos pós-conflito, organizações nacionais femininas tornaram-se fortes agentes de mudança buscando atender às crescentes necessidades das mulheres sobreviventes (GUARISO; INGELAERE; VERPOORTEN, 2017). Efetivamente, o caso ruandês é um modelo no qual a atuação feminina teve grande influência na gradual reconstrução do Estado e na ressignificação do papel da mulher em sociedade.

2.2.1 A agência feminina

A participação das mulheres na reconstrução e reabilitação do Estado ruandês logo após o conflito deu-se tanto individualmente como coletivamente, perpassando desde a liderança feminina em iniciativas locais e governamentais à união de mulheres em associações e cooperativas por uma mesma causa. Dado o maior número de mulheres sobreviventes na demografia social, elas passaram a atuar e liderar tarefas tradicionalmente consideradas masculinas pela sociedade ruandesa, visto a incapacidade do Estado em prestar serviços básicos a toda a população. Um exemplo destacado por Hunt (2014) a respeito da carência das instituições aponta que Ruanda tinha 785 juízes antes do genocídio, enquanto apenas 20 deles sobreviveram no pós-guerra.

Como expõe Diana Madsen (2018), alguns fatores foram fundamentais para o destaque e o ressurgimento de organizações de mulheres na linha de frente dessas iniciativas de desenvolvimento e reabilitação. Dentre elas, logo ao final do genocídio, diversas organizações de mulheres reuniram-se na capital Kigali para restabelecerem-se juntas sob uma única organização guarda-chuva: a *Pro-Femmes Twese Hamwe* (sigla PFTH, que significa Mulheres Todas Unidas). A PFTH já existia desde 1992, mas foi reconstruída no pós-conflito por mulheres líderes de ONGs que reuniram-se para reformular o funcionamento da organização. Inicialmente com 13 organizações membros atuantes em 1996, a PFTH ganhou força e passou a comportar 61 organizações em 2017, tendo um grande impacto na melhoria social das comunidades através da atuação local e do estabelecimento de uma rede nacional ruandesa de apoio feminino.

Segundo a própria organização, sua missão é colaborar na melhoria do “status socioeconômico das mulheres, promovendo a cultura da paz para o desenvolvimento sustentável através da coordenação e capacitação das associações afiliadas”. Para atingir esse fim, a organização compartilha informações entre as associadas sobre a importância das mulheres para o desenvolvimento sustentável, promove capacitações e atua em assegurar justiça e igualdade de gênero nas comunidades em que alcançam (PRO-FEMMES, 2016, n.p., tradução nossa).

Um dos programas fundados pela PFTH e conhecido internacionalmente foi o *Action for Peace Campaign* (traduz-se como Campanha de Ação para a Paz), que

centrava-se na atuação pela promoção de paz, cooperação e empoderamento feminino. Dentre suas ações, objetiva-se prestar diferentes serviços às mulheres e à sociedade civil, promovendo a cultura de paz e diálogo entre as sobreviventes, incentivando a atuação de mulheres em postos locais e nacionais de tomada de decisão, além de auxiliar na geração de renda de famílias (MADSEN, 2018).

Como reconhecimento do trabalho promovido pelas ações da ONG, Veneranda Nzambazamariya, umas das fundadoras do PFTH e líder do programa *Action for Peace Campaign*, ganhou em 2001 o *Millennium Peace Prize for Women* (Prêmio de Paz do Milênio para as Mulheres) concedido pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). O prêmio é dedicado a lideranças muitas vezes não reconhecidas internacionalmente, mas que tiveram “papel essencial em manter comunidades unidas e em atuar pela construção da paz desde vilarejos a mesas de negociação” (UNITED NATIONS, 2001, n.p., tradução nossa).

Paralelamente, como menciona Doreen Umutesi (2014) em seu artigo, a postura feminina de exercer trabalhos e tarefas tradicionalmente masculinos não se deu de forma simples. Como visto no primeiro capítulo, historicamente, o acesso à capacitação e à educação feminina era restrito, e a tradição ruandesa de divisão de papéis de gênero incentivava o trabalho doméstico às mulheres. Ainda, a população majoritariamente feminina não havia sido educada, em sua maioria, para ter um emprego ou assumir postos de trabalho (WARNER, 2016). Como cita abaixo Suzanne Ruboneka, uma das líderes da organização PFTH, o trabalho da ONG partiu dessa compreensão social do então papel da mulher para promover programas de capacitação nas comunidades locais, a fim de desenvolver lideranças e inseri-las no mercado de trabalho:

Como uma maneira de mudar a mentalidade entre as mulheres, adotamos o slogan "As mulheres podem fazer", que inspira e motiva as mulheres a se aventurarem em trabalhos considerados inicialmente como masculinos. O slogan foi usado durante as reuniões de sensibilização. As mulheres aprendem como lidar com pessoas que tendem a confrontá-las ou estigmatizá-las por meio da desigualdade de gênero. (...) “Embora existam estratégias para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, mudar a mentalidade da sociedade ainda é muito necessário”, expõe Ruboneka (UMUTESI, 2014, n.p., tradução nossa).

Segundo Myriam Gervais (2004), 34% dos lares ruandeses passaram a ser liderados por viúvas, mulheres solteiras e esposas de homens presos pelo

genocídio. Destes lares, cerca de seis a sete jovens dependentes formavam o restante da família. Como pontua Elizabeth Powley (2003) em seu relatório “Fortalecendo a Governança: O Papel das Mulheres na Transição de Ruanda”, as mulheres imediatamente assumiram múltiplos papéis no pós-conflito, não apenas chefiando lares, mas enterrando os mortos, construindo abrigos, cuidando da agricultura, abrindo contas em bancos e gerenciando negócios familiares. Outras atividades não-tradicionais adotadas pelas mulheres no pós-conflito referem-se à reconstrução de casas em assentamentos recém-estabelecidos pelo governo, majoritariamente nas zonas rurais (IZABILIZA; MUTAMBA, 2005). Os assentamentos, conhecidos como *Imidugudu*, faziam parte de uma iniciativa do governo de transição para a realocação e agrupamento de refugiados em vilas buscando resolver o problema de moradia e gerar uma renda diversificada aos moradores, iniciativa essa implementada a partir de 1996 (ISAKSSON, 2011).

Igualmente, as mulheres fizeram uma importante contribuição na assistência a jovens e órfãos emergidos do conflito. Destaque é internacionalmente dado à Aloysia Inyumba, nomeada Ministra da pasta da Família e da Promoção da Mulher do novo governo ao desenvolver um sistema de cuidado aos 500 mil órfãos do país. A fim de encontrar novos lares às crianças e jovens órfãos, sob o lema “*Each one take one*” (“cada uma leva um”), a ministra convencia famílias a adotarem uma criança sem-teto independentemente da etnia dos novos pais e da criança. Ademais, outra iniciativa promovida por Aloysia foi a reintegração na sociedade civil de cerca de 100 mil perpetradores libertos da prisão (KAREKEZI, 2014).

Dentre o crescente número de organizações de mulheres que emergiram no pós-conflito, um importante papel foi vivenciado pela AVEGA AGAHOZO, fundada em janeiro de 1995 por 50 mulheres viúvas (MADSEN, 2018). A ONG cria uma rede de solidariedade entre as viúvas e órfãos do genocídio visando a sua reintegração social e econômica. Para possibilitar essa condição de solidariedade, paz social e recuperação econômica a nível nacional, a ONG realiza programas de base comunitária, engajando diretamente seus membros e comunidades pertencentes para que essa melhoria seja de longo prazo (AVEGA-AGAHOZO, 2015).

Similarmente, outras organizações e redes de mulheres atuaram no pós-conflito como agentes de reconstrução e reconciliação, atendendo demandas específicas de mulheres, buscando sua união e desenvolvimento. Para realizá-lo, mulheres em diferentes posições de liderança mobilizaram outras ruandesas a

trabalharem juntas por resoluções de seus próprios problemas e de seu país (IZABILIZA; MUTAMBA, 2005).

A saber, algumas das maiores organizações atuantes no período emergencial foram: *Haguruka* (significa “levante-se” no idioma Kinyarwanda, oficial ruandês), a organização atende em todas as províncias do país e advoga por iguais direitos legais de mulheres e crianças, buscando influenciar na reformas legislativas nacionais e formulação de leis, além de oferecer serviços legais a mulheres e crianças vulneráveis (HAGURUKA, 2018); *Rwanda Women’s Network* (Rede de Mulheres de Ruanda), criada em 1997 com foco na promoção e melhoria do bem-estar social e econômico das mulheres ruandesas, sendo premiada internacionalmente por seu trabalho. Atua com mais de 52 associações de base¹² na capacitação de mulheres e no incentivo à participação feminina na construção de respostas para os desafios experienciados por suas comunidades (RWANDA WOMEN’S NETWORK, 2017); a organização *Unity Club* (tradução livre para “Clube da União”), foi fundada em fevereiro de 1996 por Ministras do Gabinete, ex-Ministras e esposas de membros do Gabinete os quais buscam promover a unidade e a coesão social trabalhando em conjunto para o desenvolvimento sustentável do país pelas comunidades que representam (UNITY CLUB, 2017). O clube, liderado pela Primeira-Dama Jeannette Kagame e que em 2017 passou a contar com 246 membros, utiliza os recursos e as habilidades de liderança em projetos que promovam a união nacional, o fornecimento de apoio financeiro a crianças vulneráveis, a construção de unidades habitacionais para sobreviventes vulneráveis do genocídio, dentre outros (HABUMUREMYI, 2017).

2.2.1.2 As mulheres, o governo e a comunidade internacional: avanços institucionais para a igualdade de gênero no período emergencial

A atuação das mulheres e organizações femininas desempenhou um importante papel no combate às graves consequências impostas à sociedade civil durante o genocídio, além de contribuir no desenvolvimento de melhores condições

¹² A expressão “de base” que adjetiva associações, organizações ou movimentos se refere ao envolvimento e participação de indivíduos comuns da sociedade civil em uniões ou grupos, e não de seus líderes, participação essa tradicionalmente motivada por causas ou posicionamentos políticos (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2018). A expressão, presente no decorrer desta pesquisa, é tradução livre de “grassroots”.

socioeconômicas para as mulheres e para as comunidades ruandesas em que atuavam. Alguns dos fatores que possibilitaram a agência feminina a alcançar o impacto e a amplitude registrados deram-se pelas contribuições-chave da comunidade internacional e do governo transitório.

No âmbito internacional, as contribuições da comunidade externa registraram-se significativamente pelo financiamento e suporte técnico fornecido ao Estado, às organizações femininas e às comunidades ruandesas. A ineficácia da ONU e dos países membros do Conselho de Segurança em proteger a população de Ruanda e estabelecer a paz foi amplamente noticiada após o massacre, dado a sua omissão e atraso em atuar na situação emergencial ruandesa. No pós-conflito, reconhecendo a falha, parte da comunidade internacional proveu recursos e apoio ao território ruandês em forma de ajuda externa, com investimentos focados em organizações que objetivavam principalmente a reestruturação do sistema legal, a reconciliação entre comunidades, a recuperação econômica e social do país (GERVAIS, 2004).

Como cita Gervais (2004), os fundos eram oriundos majoritariamente de agências da ONU, como a UNICEF, o ACNUR e a PAM¹³, e de ONGs internacionais, que apoiavam e financiavam diretamente projetos de comunidades locais. De acordo com a autora, no pós-conflito, 96% dos investimentos do Estado eram oriundos de ajuda externa, com grande participação e assistência de ONGs internacionais, que, somente entre os anos de 1995 e 2000, representaram cerca de 7 a 10% de toda ajuda externa recebida. Diversas organizações e associações de mulheres, como a PFTH e a AVEGA AGAHOZO, foram beneficiadas com os recursos da ajuda externa, que também se destinavam aos problemas das mulheres em sociedade.

Para além do financiamento, diferentes ONGs internacionais, muitas delas de redes e entidades feministas, desenvolveram e auxiliaram programas de treinamento de gênero para equipes do governo, além de disponibilizarem treinamentos de liderança e gestão a mulheres eleitas para diferentes posições governamentais (BURNET, 2008). Dentre os programas de liderança promovidos, *Women Waging Peace* (WWP)¹⁴ é uma das redes de destaque na conexão entre mulheres atuantes em iniciativas de promoção da paz em áreas de conflito a grupos de líderes, dentre

¹³ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Programa Alimentar Mundial (PAM).

¹⁴ Sem tradução para português, remete a "Mulheres Promovendo a Paz" em tradução livre.

eles formuladores de políticas e gestores de ONGs, que fornecem treinamentos e compartilham experiências a fim de incluir as mulheres no processo de construção da paz (INCLUSIVE SECURITY, 2018).

Ainda, segundo Burnet (2008, p. 375), apesar das importantes contribuições da comunidade internacional, o emergente movimento feminino deve ser entendido como inerente das mulheres, orgânico e crescente pela necessidade, e não apenas uma consequência do apoio externo. O apoio internacional foi amplamente significativo para que as organizações e lideranças de mulheres pudessem expandir seu impacto pelo território ruandês, porém, como descreve a autora, “a maioria das organizações locais não permitia que as agendas dos parceiros internacionais conduzissem seus planos de trabalho”. Assim, as lideranças femininas da comunidade local tomavam a frente no desenho e na execução dos programas, apoiados e capacitados por atores internacionais.

Paralelamente, o nomeado “Governo da União e Reconciliação”, liderado por Paul Kagame do partido da Frente Patriótica de Ruanda, assumiu a difícil tarefa de fazer justiça e propiciar a reconciliação nacional no pós-conflito, enquanto movia esforços para a reconstrução do país. A fim de acabar com o divisionismo interno e criar uma “nova Ruanda”, Kagame banuiu referências públicas e discursos oficiais que citem grupos étnicos, abolindo a divisão Hutu, Tutsi e Twa: existia agora “apenas ruandeses” (PINTO, 2011, p. 46).

Essa característica inclusiva e contrária ao divisionismo foi especialmente favorável às mulheres. Para que o processo de reconstrução tivesse êxito, era fundamental o desenvolvimento e uma gestão inclusiva, afinal, excluir a parte majoritária da população nessa reestruturação “seria um caminho para o fracasso” (HATEGEKIMANA, 2011, p. 145). Dessa forma, as políticas governamentais adotadas incluíram as mulheres em posições de tomada de decisão desde as estruturas de base nas comunidades locais até os postos de liderança a nível nacional. Ainda, a gestão de Kagame forneceu igual acesso a homens e mulheres à educação, facilitou o acesso feminino ao micro-crédito e criou estratégias para a proteção de mulheres e meninas contra abusos, dado os enormes registros de violências de gênero perpetradas durante o conflito como reação enraizada do histórico cultural de discriminação da sociedade ruandesa (HATEGEKIMANA, 2011).

A postura sensível ao gênero da RPF remete a sua origem quando o partido passou anos no exílio em Uganda. O sistema político ugandês aplica uma cota

mínima para participação feminina no parlamento em todos os distritos nacionais. Familiarizados com esse sistema e testemunhando o sucesso das contribuições femininas no desenvolvimento e na governança em Uganda, o partido adotou noções de inclusão social e de igualdade de gênero em sua liderança do Estado ruandês no pós-genocídio, abrangendo principalmente os jovens e as mulheres. Afinal, essa também era a composição majoritária da população ruandesa no pós-guerra (POWLEY, 2003). Assim, como exemplifica Suenia Batista (2015, p. 13), “para combater os níveis de pobreza no país, o governo tem adotado medidas políticas inclusivas para as comunidades, e como a maioria vive em áreas rurais, o objetivo é incluí-los nos projetos de desenvolvimento”.

Ademais, dado ao seu tradicional papel como responsáveis pelo lar e pela família, as mulheres eram socialmente vistas como pacíficas, cuidadosas e conciliadoras, enquanto os homens no pós-conflito representavam a rivalidade e a violência do confronto por sua maior participação como perpetradores na guerra. Assim, o governo reconheceu as mulheres sobreviventes como peças-chave para o processo de união, reconciliação social e construção da paz (HATEGEKIMANA, 2011).

Ao mesmo tempo, Louise Corrigan (2015) faz uma importante análise desse discurso e percepção coletiva da mulher ruandesa como perfil mais conciliador. A autora pontua que essa visão essencialista do gênero feminino limita a atuação das mulheres por caracterizá-las como familiares, não-agentes e pacíficas. Esse discurso é reproduzido pelo governo durante o processo de reconciliação. O paradoxo apresentado pela autora é que os próprios princípios e motivações propostos pelo governo para aumentar a participação das mulheres na reconciliação e construção da paz perpetuam estereótipos de gênero:

O período pós-genocídio em Ruanda permitiu que as mulheres assumissem papéis tradicionalmente reservado para homens, (...) argumentando que a participação feminina melhorou significativamente nas esferas política e econômica. No entanto, enquanto a igualdade de gênero aumentou, visões mais conservadoras também foram promovidas. Os valores tradicionais de feminilidade foram mantidos durante o processo de reconciliação, com a visão familiar voltada principalmente para as mulheres serem reintegradas, a fim de consertar a estrutura social do país. Como tal, a participação na construção da paz foi atribuída às mulheres muito por conta de sua feminilidade (CORRIGAN, 2015, p. 5).

Paralelamente, Corrigan (2015) destaca a importância de não negar a agência das mulheres e a sua vontade de participar dos processos de reconstrução.

Mesmo reforçando e ressignificando os estereótipos de gênero, a abertura governamental à existência de mulheres em postos de liderança possibilitou importantes ganhos não apenas para a união social bem como para a articulação feminina. De fato, parte dos estudos feministas africanos destaca os conceitos de irmandade como pontos de força, organização e agência dessas mulheres, permitindo que suas experiências de opressão individuais e reconhecimento de suas identidades coletivas as coloquem na frente de resistências e construções de mudanças sociais.

A participação das ruandesas e de associações de mulheres em iniciativas de apoio e reconstrução de confiança e harmonia comunitária iniciou logo após o fim do conflito, movidos por valores culturais e senso de patriotismo ante a desintegração social (IZABILIZA; MUTAMBA, 2005). Frente aos avanços em nível de base, a gestão de Kagame, passando pelo período de estruturação das instituições e dando visibilidade à liderança feminina em seu governo, criou a Comissão Nacional para União e Reconciliação (NURC) em março de 1999 e nomeou Aloysia Inyumba como Secretária Executiva da instituição (MADSEN, 2018). A NURC surge com o intuito de criar uma nova e unida Ruanda, sem discriminação ou exclusão, buscando confiança e coesão social, tendo um importante papel em desenhar uma eficaz governança (NURC, 2016). Dentre algumas das iniciativas da instituição, Aloysia estruturou o programa para que a equipe recebesse treinamentos de resolução de conflito e estudos de gênero de especialistas externos, além de consultar os representantes de base das províncias para entender as percepções de desunião da população e, a partir daí, desenvolver agendas de ações específicas (POWLEY, 2003).

Ademais, diferentes instituições governamentais foram criadas buscando tratar questões de interesse das mulheres e permitir políticas sensíveis às suas necessidades. Essa era a principal atribuição do Ministério da Família e da Promoção da Mulher (MIFAPROFE), que endereçava as suas ações às graves consequências sociais emergidas no genocídio. O Ministério sofreu diferentes alterações de nomes e enfoques com o tempo, adaptando-se aos novos desafios da sociedade ruandesa. Em 1997 insere-se pela primeira vez a categoria de gênero na pasta, intitulando-se Ministério de Gênero, Família e Assuntos Sociais (MIGEFASO), inserindo a foco de reabilitação social. Por fim, em 1999, encerrando o período emergencial, o norte ministerial passa a direcionar-se à igualdade de gênero,

empoderamento feminino e imersão da temática de gênero nas diferentes instituições, nomeando-se Ministério de Gênero e Promoção da Mulher (MIGEPROFE) (MIGEPROF, 2018).

Sob supervisão do MIGEPROFE, é importante destacar o notável papel de dois órgãos governamentais na inclusão social de mulheres no processo de desenvolvimento e governança: o Conselho Nacional de Mulheres e o Conselho Local de Mulheres, ambos formados por membros exclusivamente femininos. O primeiro órgão, implementado logo ao final do conflito, adota como foco “fortalecer a capacidade das mulheres e garantir sua participação no desenvolvimento nacional por meio de suporte e de mobilização social”, sendo estruturalmente composto por representantes dos quatro níveis de gestão: nacional, provincial, distrital e por associações de atuação nacional (NATIONAL WOMEN COUNCIL, 2018).

Em consoante, o Conselho Local de Mulheres foi criado para representar as mulheres de base, operando em paralelo ao Conselho Local Geral. A importância desse Conselho feminino foi incentivar o engajamento local, proporcionar um espaço público para as mulheres apontarem as necessidades de sua comunidade quanto à saúde, educação e segurança, além de proporcionar um ambiente para a articulação feminina com o nível provincial e nacional. Porém, os Conselhos Locais femininos possuíam pouca verba e eram realizados com trabalho voluntário, o que os tornava menos eficientes do que poderiam ser. Esse Conselho desempenhou papel significativo em dar voz e reconhecimento às opiniões femininas, que até anteriormente tinham restrito e subjugado espaço público, permitindo uma ativa participação feminina na formulação de leis, além de desenvolver o potencial de liderança política das mulheres e sua posterior ascensão a níveis maiores na tomada de decisão governamental (POWLEY, 2003).

Ademais dos avanços institucionais, um dos avanços legislativos do período emergencial do pós-conflito foi a criação da Lei da Herança em 1999, que concedeu às mulheres o direito a deter propriedades e a herdar terras de sua família e esposo. Essa medida solucionou a partir de então um dos maiores entraves sociais que afetavam as mulheres ruandesas desde o período anterior ao conflito armado e que foi agravado com o desencadeamento da guerra civil. Como cita Elizabeth Powley (2003, p. 29), a questão da Herança não era apenas um tema de direito das mulheres, mas um tópico “de direto impacto em problemas sociais como produção de comida e segurança, meio ambiente e padrões de assentamentos”.

A nível internacional, um dos desencadeamentos emergidos do genocídio foi a criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda em 1995, responsável por julgar os organizadores de alto-escalão que planejaram a massacre étnico, dentre eles militares, políticos, oficiais do governo, religiosos e líderes midiáticos (UNICTR, 2018). Em setembro de 1998 o Tribunal reconheceu pela primeira vez na história o estupro como crime de guerra em uma corte internacional, definindo-o como um ato de genocídio. Victorie Mukambanda denunciou seu perpetrador Akayesu juntamente com outras testemunhas por detrás de uma cortina durante o julgamento, dado o nível de tabu e constrangimento do tema na época (MUKAMBANDA, 2016).

Seguindo essa linha, uma das questões em que as mulheres demandaram medidas emergenciais do governo refere-se à penalização de estupros. A lei interna ruandesa considerava abuso sexual como crime de categoria quatro, a mais branda dentre as penalizações, comparado a delitos como saques que exigiam sentença leve ou apenas serviço comunitário. Como descrito por Chris McGreal (2008), a indignação de grupos como *Widows of the Genocide* (as “Viúvas do Genocídio”) e *Ibuka*¹⁵ fizeram frente em exigir a alteração da lei nacional utilizada na punição de estupradores durante o genocídio. O respaldo dado pela lei internacional, que considerou estupro como ato de genocídio, deu suporte à relevância do tema, abrindo espaço para a criação de uma nova lei ruandesa que categorizou todas as questões relacionadas à violência sexual e de gênero como crimes nacionais de categoria um, equivalentes a homicídio (COOPER-KNOCK, 2016).

Apoiadas pelo ambiente doméstico e internacional, as mulheres realizaram importantes contribuições sociais e governamentais na Ruanda pós-conflito. A agência feminina e as novas funções por elas desempenhadas a partir de 1994 permitiram a sua sobrevivência e ascensão, através da expansão de organizações de mulheres e o seu social reconhecimento como líderes capazes de comandar processos de reconciliação e desenvolvimento (COOPER-KNOCK, 2016). Desse ponto em diante, a atuação no processo de reconstrução ruandesa permitiu o maior empoderamento das mulheres e abriu espaço para a concomitante luta feminina por iguais direitos civis, como será exposto no terceiro capítulo.

¹⁵ Em tradução livre significa “Lembre-se”. *Ibuka* é uma organização guarda-chuva criada em 1995 que comporta outras 15 organizações, todas com o objetivo de endereçar justiça aos sobreviventes do genocídio através do trabalho em manter a memória do conflito e oferecer apoio aos sobreviventes (SURVIVORS FUND, 2018).

3 A FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Como exposto no segundo capítulo, dotado de diferentes atribuições e experiências a homens e mulheres em guerra, o genocídio em Ruanda dizimou parte da população civil, deteriorou a economia nacional e desestruturou as instituições públicas. Marcado por violências de gênero, o conflito impôs grandes desafios de reconstrução e reconciliação ao governo e à sociedade civil. Em meio ao contexto de crise, as mulheres ruandesas, individual e coletivamente, tomaram a frente em diferentes projetos e posições de reestruturação social, permitindo o seu reconhecimento como agentes de transformação social e a multiplicação de associações de mulheres a nível local e nacional no país.

Nesse contexto, o terceiro capítulo conclui a presente pesquisa analisando de que forma a agência e o processo de empoderamento das mulheres no pós-conflito contribuiu para a politização feminina e a formalização de novas leis e instituições nacionais para a garantia de maiores e iguais direitos às mulheres em sociedade. Para tanto, o terceiro capítulo divide-se em três seções. A primeira seção pretende significar a importância da inclusão social, promovida pelo Estado, e do empoderamento feminino, fomentado principalmente pela sociedade civil, para o desenvolvimento de Ruanda. A seção seguinte busca analisar a consolidação de novos direitos das mulheres por meio de leis, normativas constitucionais e instituições governamentais, notoriamente dotadas de ampla representação e participação feminina. Destaque será dado à nova Constituição sensível a gênero implementada em 2003 e ao Plano Nacional de Ação criado pelo governo, que desenham as ações a serem executadas no país em prol da promoção de igualdade de gênero a nível nacional e local. E, por fim, a terceira seção conclui o capítulo identificando os entraves e os desafios ainda enfrentados pelas mulheres ruandesas na sociedade contemporânea.

3.1 INSERÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO FEMININO

Se eu olho para trás, acho que sou quem eu sou por causa dessa experiência que adquiri com as mulheres na base. Antes de me tornar ministra, eu estava envolvida na mobilização de recursos para as comunidades, acredito que eu consegui muita experiência de lá. E, na verdade, se você olhar para as mulheres em posições de liderança hoje em Ruanda, elas vieram de lá, elas vieram das organizações de mulheres, elas vieram das organizações de base comunitária, onde há pessoas que são muito envolvidas com a sociedade civil, e, hoje, são as que estão fazendo acessível a liderança. Acredito que o que é importante é se ater aos seus

princípios, **ser honesta, ser ativa, se articular**. (...) As mulheres de base são as forças, é uma força positiva, mas elas precisam ser fortes e elas precisam saber que são elas que nos fizeram ser quem somos. Nós somos produto das mulheres de base. Todas essas mulheres que você vê no topo, que estão envolvidas no nível político, estavam lá embaixo. É assim que eu me identifiquei, é por causa desse acúmulo de boas iniciativas e boas atividades (entrevista concedida por Aloysia Inyumba em 2010, ex-Ministra de Gênero e Promoção da Família e ex-secretária executiva da Comissão Nacional para a União e Reconciliação) (KAREKEZI, 2014, n.p., tradução nossa, grifo nosso).

Há diversas definições quando estuda-se empoderamento e, especificamente, empoderamento de mulheres, adquirindo-se novos significados e conotações em diferentes tempos e contextos. Para a autora Naila Kabber (1999 apud SARDENBERG, 2012, p. 6), empoderamento é “o processo através do qual aqueles/as a quem era negada a capacidade de fazer escolhas estratégicas para a sua vida adquirem tal capacidade”. Em uma compreensão mais coletiva, Srilatha Batliwala (1994 apud SARDENBERG, 2012, p. 6) descreve o início do empoderamento dos indivíduos “quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes”. Complementarmente, a autora pontua que empoderar-se é, simultaneamente, um processo e o resultado dele. Por fim, a pesquisadora Magdalena Leon (2001, apud SARDENBERG, 2012, p. 3) também expressa empoderamento relacionando-o essencialmente a ações coletivas, demonstrando que ao “ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança”.

De acordo com a Hategekimana (2011, p. 52), a grande maioria das definições de empoderamento feminino versa e refere-se de alguma forma sobre a expansão de escolha e a liberdade de tomada de decisões, além da necessidade de tomada de ação para novas conquistas. Centralizando essas definições, a autora identifica dois elementos fundamentais para o empoderamento: “a agência e os recursos”. Esses recursos compreendem o acesso a oportunidades (econômicas, políticas, empregatícias, entre outros), à segurança e a condições (de saúde, nutrição, educação, etc.).

Partindo desta visão, ao referir-se sobre igualdade de gênero em sociedade, remete-se ao igual acesso a recursos para homens e para mulheres, o que não necessariamente é uma garantia de empoderamento. Afinal, essa igualdade permite

um ambiente favorável ao desencadeamento do processo de empoderamento, mas não a sua garantia, visto que ela ainda depende da agência, neste caso, especificamente, da agência das mulheres. Dessa forma, cabe ao governo e aos órgãos internacionais a criação de programas e políticas que reforcem a igualdade de gênero e permitam o maior acesso a recursos para as mulheres. Essa redução de barreiras institucionais à agência feminina é essencial para possibilitar um efetivo empoderamento feminino em sociedade, em que as mulheres possam compreender as suas experiências de submissão e mobilizar-se, individual e coletivamente, na busca e reivindicações de mudanças nas estruturas sociais vigentes (HATEGEKIMANA, 2011). Como um adendo, vale reforçar que o processo de empoderamento feminino não é uma equação universal simplista, e tampouco as mulheres ruandesas formam um grupo social homogêneo, sendo ambos influenciados por diferentes fatores conjunturais, culturais e espaciais. Logo, o processo de empoderamento feminino demanda um recorte identitário de classe, raça e etnia que considere as diferentes necessidades e realidades sociais dos diversos grupos de mulheres.

Em Ruanda, a atuação com recortes específicos deu-se principalmente pela iniciativa de associações, cooperativas, ONGs e demais grupos femininos de base comunitária, que contribuíram para o empoderamento socioeconômico das mulheres no enfrentamento dos desafios locais. Esse poder econômico permite às mulheres e às comunidades solucionarem seus próprios problemas, possibilitando, ainda, “mudanças tangíveis na percepção comunitária quanto às mulheres” (IZABILIZA; MUTAMBA, 2005, p. 26, tradução nossa).

Da mesma forma, como já mencionado, o governo ruandês reconheceu essas contribuições das mulheres ruandesas e o ascendente processo de empoderamento feminino como pré-requisito para a transformação e desenvolvimento nacional, e, com apoio financeiro e técnico internacional, deu grande prioridade à integração da perspectiva de gênero nas políticas em todos os níveis de gestão. Enquanto o enfoque do período emergencial referiu-se às necessidades básicas da sociedade e das mulheres para superação da crise, os interesses políticos e econômicos femininos foram significativamente priorizados e consolidados como direitos principalmente a partir dos anos 2000. Esses novos enfoques surgem como complemento às demandas básicas sociais femininas ainda existentes. Segundo dados da ASOFERWA (Associação de Solidariedade das Mulheres Ruandesas),

uma das grandes restrições ao empoderamento socioeconômico das mulheres ruandesas ainda é a falta de acesso à educação e à habilidade de gestão, o que as impedem de ativamente participar de reuniões de conselhos e associações por serem iletradas e não terem confiança em compartilhar suas ideias publicamente (IZABILIZA; MUTAMBA, 2005).

Em 1999, como discurso de abertura de uma oficina de treinamento em gênero para parlamentares, o presidente Paul Kagame comentou a desigual relação de gênero no país:

(...) esses desequilíbrios não são apenas um obstáculo ao desenvolvimento do país, mas constituem uma forma de injustiça social. É imperativo que nossos legisladores, formuladores de políticas e implementadores tenham uma análise objetiva e correta da questão de gênero, a fim de projetar políticas e programas corretivos apropriados. A questão da igualdade de gênero em nossa sociedade precisa de uma avaliação clara e crítica, a fim de chegar a estratégias concretas para mapear o desenvolvimento futuro em que homens e mulheres são verdadeiros parceiros e beneficiários. Minha compreensão de gênero é que é uma questão de boa governança, boa gestão econômica e respeito aos direitos humanos (IZABILIZA; MUTAMBA, 2005, p. 9, tradução nossa).

Em um país que historicamente registra um limitado papel social às mulheres, as práticas e comportamentos patriarcais não desapareceram com o genocídio, mas passaram a existir fortes políticas compensatórias governamentais que também atuavam ao lado de associações por uma nova percepção comunitária sobre o “papel” social das mulheres (NEWBURY; BALDWIN, 2000).

Buscando respaldo popular, a fala de Kagame reforça o discurso amplamente promovido em Ruanda em termos de igualdade de gênero: destacando os benefícios que essa igualdade produz nos homens e nas mulheres, em lugar de enfatizar o reconhecimento a novos direitos femininos. Esse enfoque também pode ser observado no entendimento social das mulheres como pacíficas e, portanto, aptas a liderar os programas de reconciliação e justiça. Como mencionado no primeiro capítulo, os tradicionais papéis sociais de gênero em Ruanda direcionavam-se à complementaridade, e não à equidade (mulheres no âmbito doméstico, e homens no público). Dadas as novas circunstâncias do pós-conflito, as mulheres passaram a participar dos espaços públicos, porém, em geral as tarefas do campo doméstico ainda eram compreendidas como de sua responsabilidade, levando-as a ter mais obrigações e carga de trabalho (MADSEN, 2018).

Mesmo com o apoio de grande parcela populacional masculina, a autora Jennie Burnet (2011) aponta que alguns grupos masculinos apresentavam a

percepção de estarem “perdendo” com a maior autonomia e oportunidades para as mulheres. O exemplo mais destacado por eles referia-se à nova lei da herança, em que irmãos passaram a dividir o direito a herdar terras com as irmãs.

Em meio a esse contexto, a postura e argumento inicial de organizações de mulheres ao passarem a reivindicar novos direitos atrelam-se a ideia de “sociotropia”, em que os cidadãos, homens e mulheres, preocupam-se com o bem-estar de toda a nação, e não apenas o individual. Assim, os avanços femininos muitas vezes eram noticiados como benefício a toda a população: “é bom para os homens, suas filhas, suas mães e suas esposas, e é bom para a paz” (GUARISO; INGELAERE; VERPOORTEN, 2017, p. 16, tradução nossa).

3.2 JUSTIÇA, RECONCILIAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS: DA AGÊNCIA LOCAL À NACIONAL

Como destaca Diana Madsen (2018), as atrocidades registradas em 1994 demandaram a atuação da comunidade internacional quanto à gendrada característica do conflito e ao uso do estupro como arma de guerra. Seguido dessas experiências de abuso de gênero identificadas em Ruanda e no conflito na Iugoslávia¹⁶, o Conselho de Segurança da ONU aprovou no ano 2000 a histórica Resolução 1325, inserindo mulheres, paz e segurança na agenda do CSNU. A Resolução surgia com a intenção de integrar a mulher no processo de prevenção e resolução de conflitos, bem como incluí-la na construção e no manutenção da paz.

Conforme descrito pela ONU Mulheres, a nova norma internacional obriga os países membros da Organização a zelarem pela proteção contra violações de direitos humanos, a promoverem o acesso à justiça e o acesso a serviços de enfrentamento de discriminações com base no gênero. Afinal, o Órgão entende que ademais de participarem da condução da recuperação de suas comunidades no pós-conflito, é essencial que as mulheres atuem em negociações de paz e participem da formulação de leis e de instituições públicas nacionais, a fim de

¹⁶ A guerra civil na ex-Iugoslávia ocorreu entre 1992 e 1995, registrando milhares de casos de abusos sexuais como estratégia para limpeza étnica. A prática sistemática de estupro como mecanismo de guerra no conflito em Iugoslávia, e seguidamente em Ruanda (os maiores após a Segunda Guerra Mundial), chamaram atenção da comunidade internacional e deram luz ao entendimento dessa violência como não apenas mero produto da guerra, mas um reflexo de uma estrutura social de dominação masculina e submissão feminina (MARTINS, 2016).

prevenir novos abusos e gerenciar estratégias de proteção em possíveis conflitos (ONU MULHERES, 2018).

Internamente, a dinâmica de poder anos após o genocídio sofreu mudanças, passando de um poder centrado na etnia e na masculinidade para uma política sem identificações étnicas e mais inclusiva às mulheres (MARIMA, 2017). Por iniciativa da Comissão Nacional para a União e Reconciliação, o país renova seus símbolos oficiais como parte dos esforços pela reconciliação e adota nova bandeira, hino e brasão em 2001. A nova bandeira retira a cor vermelha e adquire o desenho de sol em um campo verde, amarelo e azul, símbolos de prosperidade, esperança e união. O hino, anteriormente dotado de frases que exaltavam a supremacia Hutu, passou a referir-se ao povo apenas como ruandeses, descrevendo as belezas naturais do país das mil colinas e a superação do colonialismo (NGOWI, 2001).

Neste processo de reconciliação, diferentes medidas foram tomadas pelas lideranças femininas na Comissão Nacional para a União e Reconciliação para promover justiça às vítimas e aos perpetradores. Dado ao enorme número de acusações durante o período do genocídio, instituiu-se em 2002¹⁷ os tribunais populares de *Gacaca*¹⁸ em todo país, com a missão de aplicar rapidamente “justiça em massa, para uma atrocidade em massa” (INGELAERE, 2014, n.p.). Tradicionalmente, os tribunais de *Gacaca* eram espaços públicos, em praças ou gramados, em que os líderes comunitários deliberavam para a resolução de conflitos a nível local. A nova versão do tribunal, no pós-genocídio, compõe-se por milhares de cortes comunitárias fora do sistema judiciário formal e de presença obrigatória a todos os membros da comunidade (THOMSON, 2009).

A escolha por esse modelo de julgamento informal era atender ao vasto número de crimes a nível nacional, propiciar um espaço para as pessoas confessarem os crimes cometidos, erradicar a cultura de impunidade e contribuir para a reconciliação e convivência social, dado que muitos perpetradores e vítimas continuavam morando lado a lado (INGELAERE, 2014). De acordo com dados do UNICTR, os tribunais *Gacaca* bateram recordes em número e agilidade: encerrada sua implementação em 2012, as 12 mil cortes comunitárias julgaram mais de 1,9

¹⁷ A tardia implementação do Tribunal *Gacaca* deu-se por diversas razões. Como já mencionado no segundo capítulo, as instituições jurídicas ruandesas estavam defasadas após o genocídio, com a morte da maioria de seus juizes e técnicos, levando mais de ano para reconstruir o sistema jurídico doméstico e iniciar os primeiros julgamentos (PINTO, 2009).

¹⁸ O termo “*Gacaca*” no sentido literal significa “grama” ou “grama pequena”, em referência ao local onde as resoluções de disputas ocorriam anteriormente (THOMSON, 2009).

milhões de casos de genocídio, roubos, pilhagens e destruição de bens nos 10 anos de exercício. Destes quase 2 milhões de casos avaliados, cerca de 65% das pessoas acusadas foram consideradas culpadas, com penalizações que variavam entre prisão e trabalho comunitário (UNICTR, 2014). Porém, nem todos os crimes poderiam passar por esse sistema de julgamento. A legislação de Ruanda definia quatro categorias de “culpa”: os planejadores, os assassinos em massa, os assassinos e os colaboradores. Destes, os três últimos eram passíveis de julgamento pelo *Gacaca*, enquanto a Corte Nacional Ruandesa e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda¹⁹ responsabilizavam-se pelos idealizadores do genocídio (CIABATTARI, 2000).

Enquanto na versão antiga os homens lideravam os julgamentos, na moderna versão do tribunal as mulheres detiveram uma importante participação tanto na posição de testemunhas como de juízas (INGELAERE, 2014). Os juízes eram atores-chave em assegurar a normal operação dos julgamentos, eles eram eleitos pelos membros da própria comunidade para servir como as autoridades locais (THOMSOM, 2009). As mulheres estavam presentes em todas as cortes de *Gacaca*, representando cerca de 29% dos juízes atuantes, número considerável visto que anteriormente esse posto era essencialmente dedicado apenas aos homens mais velhos da comunidade. Ademais, Jeanne Izabiliza (2005) cita a expansão da participação feminina no sistema de justiça ruandês:

Vale a pena notar que a Presidente do Supremo Tribunal de Ruanda é uma mulher e a Ministra da Justiça é também uma mulher, assim como a Secretária Executiva dos tribunais de *Gacaca*. Dos 12 juízes do Supremo Tribunal, 5 são mulheres, uma representação de 41,7%. Além disso, no nível da administração local, sob o arranjo de descentralização, as mulheres ocupam 26% dos cargos nos conselhos executivos de cada província (IZABILIZA, 2005, p. 4, tradução nossa)

Apesar do reconhecimento em permitir um espaço de diálogo e socialmente conciliador enquanto atendia um grande número de acusações, os tribunais também sofreram diversas críticas. Dentre elas tem-se o fato de os tribunais atuarem como mecanismo governamental altamente coercitivo, de obrigatória participação popular e voluntária participação dos juízes, “colocando a responsabilidade de incorporar as exigências do programa de união e reconciliação sob os ombros da população

¹⁹ A nível de comparação, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda julgou 93 indivíduos entre 1995 e 2015, sentenciando 61 pessoas a prisão perpétua por crime de genocídio e crimes contra a humanidade. Paralelamente, as Cortes Nacionais ruandesas julgaram cerca de 10 mil suspeitos de genocídio entre 1999 e 2006 (UNITED NATIONS, 2014).

comum” (THOMSOM, 2009, p. 285). Ainda assim, é inegável o fundamental papel do tribunal em criar espaços de reconciliação e reconstrução comunitária com lideranças de base.

3.2.1 Constituição e leis sensíveis ao gênero

Um importante marco da história de Ruanda foi a aprovação e implementação da nova Constituição dotada de perspectiva de gênero no ano de 2003. Em seu preâmbulo, já destacava-se o comprometimento dos governantes em construir “um Estado de direito baseado no respeito aos direitos humanos, à liberdade e ao princípio da igualdade de todos os ruandeses perante a lei, bem como a igualdade entre homens e mulheres” (RWANDA, 2005, p. 26, tradução nossa). Ainda, a Constituição descrevia mecanismos específicos que proporcionavam uma maior participação feminina na política ruandesa, dentre eles, a aplicação de um sistema de cotas que exigia pelo menos 30% de participação feminina no Parlamento e em todos os órgãos governamentais de tomada de decisão (BAZZO, 2015).

Como descreve a autora Elizabeth Powley (2005), a partir dos anos 2000, ao final do período emergencial e fim do governo transitório, iniciou-se a elaboração da nova constituinte por 12 membros integrantes da Comissão Constitucional. Destes, três membros eram mulheres, e uma delas, Judith Kanakuze, era a única representante da sociedade civil presente na Comissão, desempenhando um importante papel como especialista em gênero e como ligação com seu principal eleitorado, o movimento de mulheres de Ruanda. Kanakuze foi uma das integrantes que pressionou para que houvesse o mínimo de 30% de assentos femininos no parlamento e que o gabinete fosse liderado por uma mulher (MCGREAL, 2008). A Comissão Constitucional realizou uma série de consultas populares para receber contribuições e engajar a população nas ideias ainda em fase de elaboração. As mulheres fizeram diversas contribuições exigindo políticas institucionais sensíveis e inclusivas a gênero, tanto por meio das consultas públicas como por um mecanismo de três frentes de articulação desenvolvidos por elas. As mulheres da sociedade civil, representadas pela organização guarda-chuva *Pro-Femmes Twese Hamwe*,

coordenavam suas demandas com o executivo (Ministério de Gênero) e o legislativo (Fórum de Mulheres Parlamentares²⁰) (POWLEY, 2005):

Um exemplo da eficácia deste mecanismo é o processo iniciado pelo movimento de mulheres ruandesas em torno da ratificação da nova constituição. Para suscitar preocupações, interesses e sugestões em relação a uma nova constituição, a *Pro-Femmes* realizou consultas com suas ONGs e mulheres membros em nível de base. Elas, então, se reuniram com representantes do Ministério do Gênero e Mulheres em Desenvolvimento e do Fórum de Mulheres Parlamentares para relatar as preocupações dos membros. Juntos, os três setores contribuíram para um documento político que recomendou ações específicas para tornar a constituição sensível ao gênero e aumentar a representação das mulheres no governo, que foi submetida à Comissão Constitucional. Uma vez que o rascunho da constituição refletia suficientemente seus interesses, a *Pro-Femmes* se engajou em uma campanha de mobilização incentivando as mulheres a apoiar a adoção do documento no referendo nacional (POWLEY, 2005, p. 158, tradução nossa).

Ademais, a cota de assentos femininos no parlamento reforçou e incrementou o recente mecanismo eleitoral desenvolvido pelo governo em 2001 que incentivava a presença de mulheres e de jovens na governança (grupos até então sub-representados). Nesse mecanismo, conhecido como “três cédulas”, cada eleitor preenchia três cédulas para eleições setoriais: escolhendo um candidato geral (frequentemente, mas não necessariamente, um homem), uma candidata mulher e um jovem. Os candidatos distritais eram escolhidos indiretamente pelos ganhadores do nível setorial, sendo aprovados todos os candidatos gerais, um terço das mulheres e um terço dos jovens. Esse sistema permitiu um significativo aumento de participação feminina nesses níveis²¹ já em 2001, em que 27% dos eleitos a nível distrital eram mulheres (POWLEY, 2003).

Paralelamente, a constituição garantiu que tratados e acordos internacionais com sensibilidade de gênero e voltados à equidade social fossem implementados a nível doméstico, dentre elas, cita-se o Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1980, a Resolução 1325 do CSNU de 2000, a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de

²⁰ O Fórum de Mulheres Parlamentares de Ruanda (FFRP) foi criado em 1996 como uma bancada feminina a qual pertencem todas as mulheres do parlamento, independentemente do partido. O grupo serve para fortalecer a legislatura no país e criar uma rede de integração às mulheres parlamentares (GOMEZ; KOPPELL, 2008).

²¹ A saber, a estrutura de governo ruandesa era composta, de cima para baixo, do nível nacional, provincial (12 províncias), distrital (106 distritos), setorial (1550 setores) e nível de célula (mais de 9 mil células) (POWLEY, 2003).

1948 e Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1963 (POWLEY, 2003).

De acordo com a autora Mageza-Barthel, as contribuições das mulheres foram fundamentais para a garantia de direitos ao influenciar a redação da Constituição de 2003, assegurando, da mesma forma, a implementação interna de relevantes normas internacionais sobre gênero. Para a autora, essa conquista exigiu o suporte de homens influentes em vários casos e permitiu, ademais, uma sólida base para o “envolvimento significativo e contínuo das mulheres na política ruandesa”. Isso pode ser visto pelas demais leis criadas em seguimento à Constituição, como a Lei de Terras Orgânicas de 2005²², a Lei Contra Violência Baseada em Gênero (GBV) implementada em 2008 (JESSEE, 2017, p. 167), a Lei de Proteção da Criança em 2011 e a Política Nacional Anti-GBV também de 2011 (RUANDA, 2015).

De acordo com relatório nacional sobre saúde e demografia, cerca de um terço das mulheres ruandesas sofreram algum tipo de violência psicológica e 35% já sofreram violência conjugal. Partindo dessa realidade, a Lei Contra GBV foi esboçada pelo Ministério de Gênero e Promoção da Família (MIGEPROF) objetivando a prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra mulheres e crianças em Ruanda. A lei foi inserida em políticas nacionais de saúde e saúde reprodutiva, a fim de reforçar a penalização de crimes contra violência doméstica e sexual (UNIFEM, 2008).

O relatório da UNIFEM que analisa casos de GBV em Ruanda identifica os papéis que as políticas nacionais, as agências da ONU e a sociedade civil desempenham na luta contra violência de gênero. Em nível distrital, a Comissão de Direitos Humanos responsabiliza-se por sensibilizar a população quanto aos direitos da mulher e dar assistência quando esses direitos são violados. Paralelamente, algumas organizações da sociedade civil seguem ativas na luta contra GBV, como as já mencionadas HAGURUKA, AVEGA-AGAHOZO, *Pro-Femmes*, *Rwanda Women's Network*, além da *FACT-Rwanda* (Fórum de Ativistas contra Tortura) criada em 1999 que luta pelo fim da tortura e violência organizada no país (UNIFEM, 2008).

²² Depois de conquistarem o direito à herança de terras e posses em 1999, a Lei de Terras Orgânicas de 2005 permitiu às mulheres o direito à aquisição e posse de terras (RUANDA, 2015).

Outro importante marco nacional foi a elaboração dos Plano Nacional de Ação ruandês (NAP). Esses planos são criados pelo países como forma de desenhar ações e estratégias concretas para a doméstica implementação da Resolução 1325 do CSNU relativa a mulheres, paz e segurança. Os NAPs descrevem quais são os desafios e quais serão as práticas e prazos para que ações sejam estabelecidas em termos de empoderamento econômico, paz e segurança, união e reconciliação, mecanismos institucionais, normas legais e boas práticas. Ruanda já detinha algumas conquistas no envolvimento de mulheres na resolução de conflitos e construção da paz antes da criação da Resolução em 2000, passando a implementar novas estratégias a partir da criação do Plano de Ação (RUANDA, 2010b). No continente africano, os anos de 2008 e 2009 marcaram os primeiros NAPs implementados em países afetados por conflitos, dentre eles Uganda, Libéria, Costa do Marfim e Ruanda (RAHMANPANAH; TROJANOWSKA, 2016).

O relatório atuante no país é o NAP de 2009-2012, elaborado pelo MIGEPROF em colaboração com atores públicos, privados, de instituições da sociedade civil e de agências da ONU²³. Em paralelo aos NAPs, organizações da sociedade civil emitem os Relatórios de Monitoramento da Sociedade Civil (CSMR), para reportar e monitorar regularmente o andamento e os resultados das ações de implementação da Resolução 1325 a nível doméstico (RUANDA, 2010a).

3.2.1.1 Politização feminina

A nova cultura de engajamento feminino no desenvolvimento do Estado e de suas comunidades, aliada às novas normativas, mecanismos e instituições governamentais, refletiu em uma extraordinária participação e representação política de mulheres em diferentes níveis de governança em Ruanda no pós-genocídio. As Tabelas 1 e 2 abaixo demonstram a dinâmica dessa ascensão, apresentando, respectivamente, a participação de homens e mulheres no parlamento e a proporção de mulheres nomeadas para liderar ministérios e secretarias do Estado:

²³ A saber, as instituições colaboradoras foram: 10 Ministérios (MIGEPROF, MINAFFET, MINADEF, MINEAC, MININTER, MINALOC, MINECOFIN, MINIJUST, MINEDUC, MINISANTE), *Forum of Rwandan Women Parliamentarians*, *Pro-Femmes Twese Hamwe*, *National Women Council*, *Umbrella Human Rights Associations (CLADHO)*, *National Unity and Reconciliation Commission*, *National Human Rights Commission*, *Rwanda Demobilization and Reintegration Commission*, *Center for Conflict Management/National University of Rwanda*, *Center for Conflict Management*, *United Nations Women Development Fund*, *National Coordination Mechanism/Great Lakes International Conference*, *Gender Monitoring Office*, *The Media High Council* (RUANDA, 2010).

Tabela 1 - Participação de homens e mulheres no parlamento em Ruanda

Ano	Homens	Mulheres	Total	% de Mulheres
1981	60	4	64	6,3%
1983	61	9	70	12,9%
1988	58	12	70	17,1%
2003	41	39	80	48,8%
2008	35	45	80	56,2%
2013	29	51	80	63,8%

Fonte: GUARISO; INGELAERE; VERPOORTEN, 2017. Elaboração da autora.

Nota: O grifo em 2003 identifica o momento em que as cotas de 30% em assentos parlamentares para as mulheres passaram a existir.

Tabela 2 - Número e proporção de mulheres em posições de gabinete em Ruanda como Ministras e Secretárias de Estado

Ano	Ministras/os	Secretárias/os de Estado	Total	Mulheres	% de Mulheres
1996	20	0	20	1	5,0%
1997	18	4	22	2	9,1%
1998	17	5	22	2	9,1%
1999	20	5	25	2	8,0%
2000	17	4	21	3	14,3%
2001	17	3	20	2	10,0%
2002	17	4	21	3	14,3%
2003	17	8	25	4	16,0%
2004	18	10	28	8	28,6%
2005	18	9	27	9	33,3%
2006	19	0	19	4	21,1%
2007	19	0	19	3	15,8%
2008	22	6	28	9	32,1%
2009	23	4	27	9	33,3%
2010	23	3	26	8	30,8%
2011	21	4	25	8	32,0%
2013	21	8	29	9	31,0%

2014	21	8	29	11	37,9%
2015	21	10	31	12	38,7%
2016	21	9	30	12	40,0%

Fonte: GUARISO; INGELAERE; VERPOORTEN, 2017. Elaboração da autora.

Nota: A queda na participação das mulheres no gabinete de Ruanda em 2006 e 2007 deve-se à falta de informações sobre as/os secretárias/os de Estado durante esses anos.

Em referência à tabela 2, a partir de 2008, Paul Kagame nomeia mulheres para cerca de um terço de seu gabinete, não se restringindo às pastas de gênero e reconciliação, mas incluindo-as em postos de liderança no Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Chefe da Suprema Corte e Comissário Geral da Polícia. Neste mesmo ano, como identificado pela tabela 1, Ruanda elege mulheres em 56,2% dos assentos em seu parlamento, distanciando-se dos 30% de assentos mínimos e tornando-se o primeiro país do mundo a possuir um parlamento majoritariamente feminino na democracia moderna (MCCRUMMEN, 2008). Em 2016, esse número segue em alta, com 61,3% dos 80 postos da câmara ocupados por mulheres, comparado a 21,9% da média mundial de ocupação política feminina em parlamentos (NETO, 2017).

As cotas de 30% possuíram uma influência no simbolismo e na nova percepção dos papéis das mulheres em sociedade. Porém, como cita Kari Lindberg (2017), uma emenda em si não é capaz de alcançar o fim último de igualdade de gênero, ela apenas afirma isso. A partir daí, entende-se que uma estrutura legislativa deve trabalhar juntamente com normas culturais e atores sociais que reforcem a igualdade de gênero desde o alto escalão até a base, e enderecem estratégias de empoderamento econômico e político à sociedade, e, principalmente, às mulheres. O fato de Ruanda atingir 60% de representação feminina no parlamento deu-se, majoritariamente, pela existência de inúmeras iniciativas governamentais compostas por políticas, programas, Conselhos Femininos, Fórum de Mulheres Parlamentares e Ministérios atuando em conjunto às organizações e associações da sociedade civil de mulheres de base que fortaleceram as iniciativas femininas e defenderam os direitos das mulheres. Ainda assim, diversos são os desafios existentes para os diferentes grupos de mulheres ruandesas, principalmente para as rurais e mais pobres.

De fato, a transição ruandesa de um país majoritariamente patriarcal a uma nação de forte poder feminino deu-se em um contexto de oportunidade de mudança

e de reconstrução após a crise humanitária decorrente do genocídio. Como mencionado no segundo capítulo, em períodos pós-guerra é comum que as sociedades tenham uma fase de transição política, e, possivelmente, novas oportunidades de inclusão social de grupos marginalizados. Mas esta não é a regra. Inclusive, algumas literaturas pontuam que em períodos pós-conflito as mulheres expandem seu papel e participação social, mas logo são retraídas assim que inicia-se a reestruturação e a regularização da estrutura demográfica (IZABILIZA; MUTAMBA, 2005). Assim, tem-se claro a importância das organizações e associações de mulheres na reconstrução e transformação social ruandesa ao analisar a performance de outros Estados que também enfrentaram grandes conflitos civis mas não obtiveram os mesmos êxitos quanto à construção da paz e igualdade de gênero pela falta de atuação e integração entre governo e grupos de mulheres.

Segundo Jodi Enda (2003), Afeganistão e, principalmente, Iraque, ambos países devastados pela guerra e com grandes dificuldades de estruturar um processo de paz, deveriam seguir o modelo ruandês de inserir as mulheres no projeto de reconstrução. Os dois Estados possuem impedimentos ditos como culturais, marcados por discriminações sociais à liderança feminina, o que impede as mulheres de ativamente participar da reestruturação. No Iraque, por exemplo, nenhuma mulher faz parte da Comissão de elaboração da Constituição, instrumento que deveria conter garantias de direitos femininos. Apesar da existência de grupos internacionais e associações que dão suporte às necessidades dessas mulheres, há uma forte resistência ao envolvimento feminino na política, sob o frágil argumento de que são poucas as mulheres disponíveis e qualificadas para os cargos.

Paralelamente, outros Estados seguem o modelo ruandês ao demonstrar que as mulheres são capazes de alterar os resultados do processo político ao inserir uma perspectiva de gênero para influenciar as estruturas de formulação política e de governança. Como exemplo, Celestin Hategekimana (2011) cita a atuação das mulheres moçambicanas no processo de independência e no pós-guerra, levando-as a alcançar significativa participação política e politização. No pós-conflito, compondo 30% do parlamento, as mulheres regulamentaram novas leis em 2003 que asseguraram proteção e direitos iguais quanto à herança, emprego e casamento. Ainda, na África do Sul, o contexto de opressões no período do apartheid conduziu à politização e à participação feminina na luta contra o regime.

No período de redemocratização, essa atuação assegurou representatividade no parlamento e influência na formulação da nova constituição, garantindo instituições e direitos a favor da igualdade de gênero (KONZEN, 2018).

Brevemente, esses exemplos, em consoante com o caso ruandês, demonstram como a agência, o empoderamento e a politização feminina refletem em positivas contribuições a políticas e normativas com perspectiva de gênero em sociedade. Recentemente, Ruanda é considerada um modelo de empoderamento e de representação política feminina, porém, mesmo com as diversas conquistas alcançadas, as mulheres ruandesas ainda enfrentam grandes desafios sociais, culturais e políticos. A seção abaixo encerra a pesquisa identificando parte desses desafios ainda impostos à igual atuação e inserção feminina em sociedade.

3.3 DESAFIOS E POTENCIALIDADES À FRENTE

Então, o que acontece quando um país pula a revolução social e vai direto para as políticas pró-mulheres? Quando você toma um atalho agressivo ao longo da história, o que você deixa para trás? A resposta que Justine me deu é que mudanças reais levam tempo. Tomando um atalho pode levá-lo em algum lugar rápido, mas deixa a próxima geração para circular de volta e abordar as alterações que foram deixadas por fazer (WARNER, 2016, n.p., tradução nossa).

Como descrito por Gregory Warner no trecho acima, mesmo com os diversos avanços em termos de garantia de direitos das mulheres e da rápida ascensão feminina em espaços públicos, alguns dos históricos problemas sociais enfrentados pelas mulheres não registraram melhorias na mesma velocidade. Na Ruanda contemporânea, as mulheres ainda possuem menor *status* social comparado ao dos homens, além de menor acesso à educação e são reféns de práticas discriminatórias no âmbito político (MARIMA, 2017).

Da mesma forma, as recentes normas e legislações progressistas quanto aos direitos das mulheres enfrentam alguns obstáculos na prática. Como exposto por Lindberg (2017), alguns dos maiores desafios à “erradicação da violência doméstica e, por extensão, à mudança das normas culturais e sociais baseadas no gênero é a resistência dos homens ao tratamento das mulheres como iguais”. Esse comportamento remete às tradicionais noções de masculinidade reproduzidas por gerações que davam abertura à violência doméstica e à submissão da mulher. Para uma mudança nessa conduta, ademais das normas legais, é preciso transformações nas normas culturais e sociais ruandesas, transformações essas que demandam o

contínuo reforço educacional sobre igualdade de gênero a nível doméstico e local, além da devida aplicação de justiça e de punição a abusos e violências registradas com especificidades de gênero.

De acordo com a pesquisa de Powley (2005, p. 160), uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres ruandesas inseridas em cargos políticos é o constante questionamento de suas capacidades. Questão essa não exclusivamente ruandesa, mas registrada em todo o mundo. Dado que muitas mulheres entraram recentemente na política, essa menor experiência em cargos legislativos é “estereotipadamente relacionada à falta de competência e suposta ingenuidade” feminina, comportamento direcionado principalmente às mulheres de acesso por cotas. As cotas em si também criaram controvérsias. Mesmo com o internacional reconhecimento de sua importância e necessidade, as mulheres que conquistaram assentos por meio dessas vagas possuem comumente um *status* diferente dos demais parlamentares eleitos via acesso universal.

Ainda no contexto político, é inegável a atuação e ascensão feminina em importantes cargos de liderança nacional e a expressiva representação parlamentar de quase 64% dos assentos a partir de 2013. Mesmo com esta vasta representação na câmara, as mulheres não detêm igual êxito nos postos mais elevados do parlamento, onde representam cerca de 38,5% do total de senadores eleitos. A autora Irene Ndung'u analisa o Relatório Nacional de Estatísticas de Gênero de Ruanda do ano de 2013 e aponta que o mesmo se aplica aos demais cargos de liderança na gestão pública: quanto maior é o poder do cargo, maior é a participação masculina. Considerando a estrutura de governança, do menor para o maior, a participação feminina como secretárias executivas a nível de célula é de 37,7%, no nível setorial essa participação é de 9,1%, e quando atingido o nível distrital ela cai para 6,7%. Ademais, a saber, as mulheres representam cerca de 23,8% do total de embaixadores, 6,4% do total de prefeitos e 25% do total de governadores. Esses números servem de direcionamento para reavaliar algumas áreas governamentais que ainda apresentam sub-representação feminina e quais potenciais de liderança e paridade de gênero ainda podem ser explorados (NDUNG'U, 2013).

Seguindo nesta relação entre âmbito público e doméstico, a autora Justine Uvuza faz um importante levantamento sobre a experiência da relação familiar e política das mulheres parlamentares ruandesas. Em seu estudo, Justine avalia que independentemente do cargo e nível de poder político das mulheres, esse poder não

se estende da mesma forma ao campo doméstico. Nos lares, parte dessas mulheres ainda possui a maioria das atribuições e responsabilidades domésticas, duplicando a carga de trabalho pela nova participação em cargos públicos (UVUZA, 2014).

Em contraposição, o desempenho geral feminino em esforços de reconstrução e construção da paz em Ruanda merecem o destaque e reconhecimento ganho. A mobilização e articulação da sociedade civil com os diferentes níveis governamentais para reconciliação e união nacional servem de exemplo para a inserção da mulher como agente de transformação em sociedades pós-conflito. Essa atuação foi uma das responsáveis pela internalização da Resolução 1325 do CSNU por meio do Plano Nacional de Ação com foco nas novas demandas sociais das mulheres ruandesas (NDUNG’U, 2013).

Em um panorama geral, o país apresentou uma significativa recuperação e crescimento econômico logo após o genocídio, além de criar um sistema judicial rápido e eficaz para atender às excepcionais demandas do pós-conflito. Ainda assim, o governo da Frente Patriótica Ruandesa de Paul Kagame não conseguiu implementar uma real democracia após o período de transição. A autora Teresa Pinto (2011, p. 45) afirma que a “política ruandesa continua marcada por processos eleitorais pouco livres e episódios de perseguição da oposição, num contexto em que os direitos políticos e as liberdades civis são recorrentemente limitados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de colonização europeia em Ruanda fabricou um período de governança marcado pelo acirramento da disputa de poder entre Tutsis e Hutus ao estabelecer instituições que incentivavam o divisionismo social e intensificavam a submissão feminina em sociedade. Esse divisionismo institucionalizado culminou em um dos maiores e mais violentos conflitos civis já registradas após o período das grandes guerras, permeado de violências com base no gênero e ataques em massa contra o povo Tutsi.

O genocídio em Ruanda e seus desdobramentos criaram uma sociedade amplamente devastada social, política e economicamente, desestabilizando as relações sociais, destruindo instituições governamentais e produzindo uma grande mudança demográfica no país do pós-conflito. Diante deste contexto, os anos que sucederam a guerra civil geraram drásticas mudanças para todo o povo ruandês e, em especial, para as mulheres. Compondo cerca de 70% da população nacional no pós-guerra, as mulheres deixaram seus tradicionais papéis sociais e passaram a atuar ativamente na reconstrução do Estado para garantir a sua sobrevivência e a reestruturação de suas comunidades.

Neste contexto, retoma-se a pergunta de pesquisa da presente monografia: Qual a relevância da participação feminina no processo de reconstrução de Ruanda após o genocídio de 1994 para o empoderamento das mulheres ruandesas e para a garantia de seus direitos na atual sociedade?

No período emergencial do pós-conflito, as mulheres, então maioria populacional, tornaram-se uma nova força de reconstrução e desenvolvimento nacional frente aos desafios de reconciliação social e falta de acesso a recursos básicos à população. A atuação individual e articulada por meio de organizações, conselhos e associações de mulheres criou iniciativas que prestaram os mais diversos serviços à população ruandesa em um contexto de vácuo estatal. Destaca-se a atuação na assistência a órfãos, construção de moradias, oferecimento de serviços legais, criação de projetos de capacitação e geração de renda, incentivo à liderança e na promoção da cultura da paz desde vilarejos a mesas de negociação.

Paralelamente, o governo e a comunidade internacional foram grandes impulsionadores das iniciativas femininas ao inseri-las na linha de frente do processo de reconstrução nacional, com foco inicial em fazer justiça e promover a

reconciliação. Assim, a ativa participação e contribuição feminina no desenvolvimento ruandês desencadeou um crescente processo de empoderamento das mulheres, consolidando uma rede nacional ruandesa de apoio feminino e a sua concomitante luta por direitos sociais igualitário.

Deste ponto em diante, compreende-se que o empoderamento e as exigências femininas foram capazes de consolidar importantes conquistas políticas e sociais em Ruanda, avaliadas, principalmente, com a nova constituição, normativas e instituições governamentais sensíveis a gênero a partir dos anos 2000. Esses mecanismos do governo em conjunto à atuação das mulheres na sociedade civil foram fundamentais na politização feminina e na sua ascensão como líderes no parlamento, ministérios e secretarias. Afinal, leis e normativas sensíveis a gênero não garantem, por si só, o efetivo empoderamento e igualdade de gênero entre homens e mulheres.

Assim, a exitosa recuperação ruandesa pós-genocídio serve de exemplo a outros Estados que enfrentam semelhantes desafios de realidade pós-conflito, identificando a paridade de gênero como característica fundamental para a prosperidade das economias e sociedades.

Apesar dos avanços sociais, os reflexos da histórica estrutura patriarcal ruandesa ainda impõem desafios à atuação das mulheres na política e na vivência em sociedade. Com destaque às atitudes discriminatórias e estereótipos de gênero ainda reproduzidos socialmente, bem como da necessidade de maior representação e participação feminina em cargos políticos de alto escalão.

Ademais, a pesquisa contribuiu para o entendimento do importante papel da atuação da comunidade internacional frente a crimes contra a humanidade. A responsabilidade do genocídio é inteiramente de seus perpetradores e envolvidos, porém, é importante frisar que a omissão e o atraso de Estados e Organizações Internacionais na tomada de ação sobre o caso ruandês possibilitou que a guerra civil tivesse a ampla e violenta dimensão registrada. Portanto, dado que a tomada de ação de Órgãos Internacionais permite evitar ou frear conflitos, a falta de ação dos mesmos Órgãos é um (não-)posicionamento que deve ser criticado e lembrado para que não seja repetido.

Logo, frisa-se aqui a importância de se aprender com a história. Ao olhar para os fatos da história permite-se, sobretudo, a aprender com os erros, a identificar padrões de comportamento e a ter a capacidade de distinguir entre o certo e o

errado em momentos de crise. A história é permeada de exemplos de avanços e retrocessos sociais que permitem à população e a líderes políticos tomarem decisões racionais e informadas frente a violências, desilusões políticas e discursos que propaguem a banalidade do mal em realidades não tão distantes.

Por fim, como desdobramentos desta monografia, alguns temas não puderam ser aqui analisados de forma profunda e minuciosa, mas possuem um vasto conteúdo que pode ser melhor explorado em pesquisas futuras de forma complementar e auxiliar a este trabalho. Dentre eles, sugere-se o estudo da luta por equidade de gênero como um movimento global de mulheres a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Ainda, de que forma essa luta registrou-se em diferentes países africanos, que apresentaram, após esse período, uma ascensão política das mulheres por meio de fóruns internacionais e atuação de organizações internacionais feministas.

REFERÊNCIAS

ADEKUNLE, Julius. **Culture and Customs of Rwanda**. Londres: Greenwood Press, 2007. 192 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=g0FC40EQujwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

AFRICAN UNION. **Rwanda: The Preventable Genocide**. Addis Ababa: OAU, p. 293, 2000. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4d1da8752.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

AGUIAR, Diana. **As Redes Feministas Transnacionais e as Organizações Internacionais: Diferentes visões do processo de desenvolvimento**. Brasília: Cena Internacional, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, vol. 9, nº 1, 2007.

AKODJENOU, Arnault. **Lessons learned from the Rwanda emergency – A brief history of Rwanda**. Geneva: International Documentation Network on the Great African Lakes Region, p. 8, 1995. Disponível em: <<https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/5111/2422.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. **Who Gives Foreign Aid to Whom and Why?**. Journal of Economic Growth, p. 33-63, 1998.

AMARAL, João Paulo Pereira. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação apresentada ao Mestrado profissional do IPHAN. Rio de Janeiro, 2015, 166 f.

ANDRADE, Camila Santos. **O processo de reconstrução pós-genocídio e a Cooperação Internacional Descentralizada em Ruanda: reflexões sobre o Estado de Mil Colinas**. Porto Alegre, p. 21, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/ANDRADE-2015-O-processo-de-reconstru%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-genoc%C3%ADio.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

ANNESLEY, Claire. **How a 'concrete floor' could get more women into power**. BBC Internacional, University of Sussex, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-44158186>>. Acesso em:

AVEGA-AGAHOZO. **Background Information**. 2015. Disponível em: <<http://avega.org.rw/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

BAAZ, Maria Eriksson; STERN, Maria. **Sexual violence as a weapon of war? Perceptions, prescriptions, problems in the Congo and beyond**. London, New York: Zed Books, p. 169, 2013. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2%3A617148/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BAKARE-YUSUF, Bibi. **Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence**. Feminist Africa. 2003. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Beyond-Determinism-%3A-The->

Phenomenology-of-African-Bakare-Yusuf/b3cd3c9d099182dc0c37929b81823d1fa8fef250?tab=abstract>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, [s.l.], n. 11, p. 89-117, 2013. FapUNIFESP. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-33522013000200004>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

BATISTA, Suenia Lagares. **Ruanda: os avanços na promoção da igualdade de gênero e a ascensão das mulheres na política no pós-genocídio**. 2015. [26] f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015

BATLIWALA, Srilatha. **The meaning of women's empowerment: new concepts from action**. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen, Population policies reconsidered: health, empowerment and rights, p.127-138. Boston: Harvard University Press, 1994.

BAZZO, Gabriela. **Como o Parlamento de Ruanda se tornou o mais feminino do mundo**. Geledés, Questões de Gênero, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/como-o-parlamento-de-ruanda-se-tornou-o-mais-feminino-do-mundo/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BBC. **Rwanda election: President Paul Kagame wins by landslide**. BBC, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-40822530>>. Acesso em: 13 set. 2018.

BURNET, Jennie. **Gender Balance and the Meaning of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Georgia State University, African Affairs, v. 107, n. 428, p. 361-386, 2008. Disponível em: <<https://academic.oup.com/afraf/article/107/428/361/12456>>. Acesso em: 29 set. 2018.

BURNET, Jennie. **Women Have Found Respect: Gender Quotas, Symbolic Representation, and Female Empowerment in Rwanda**. Politics & Gender, v. 7, n. 03, p. 303-334, 2011. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/s1743923x11000250>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília, FUNAG, Editora Ideal, p. 1-580, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. Grassroots. **Cambridge advanced learner's dictionary & thesaurus**. Cambridge, 2018. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/grassroots>>. Acesso em: 15 jun. de 2018.

CERVO, Amado Luiz. **Conceitos em Relações Internacionais**. Rev. bras. polít. int. vol. 51, n. 2, p.8-25, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200002>. Acesso em: 17 ago. de 2018.

CIABATTARI, Jane. **Rwanda Gambles on Renewal, Not Revenge**. ONG Women's News, 2000. Disponível em: <<https://womensenews.org/2000/10/rwanda-gambles-renewal-not-revenge/>>. Acesso em: 02 nov. 2018

CIRNE, Michelle. **A produção necessária das intelectuais feministas africanas no campo dos estudos de gênero e a agência do CODESRIA.** Revista África(s), v. 04, n. 08, p. 104-114, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/4383>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

COCKBURN, Cynthia. **Militarism and War.** In: Shepherd, Laura (Ed.). Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations. Routledge: NY, 2010, p. 105-115.

COOPER-KNOCK, Sarah Jane. **Gender, politics, and parliament in Rwanda.** Westminster Foundation for Democracy: Open Democracy, 2016. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/westminster/sarah-jane-cooper-knock/gender-politics-and-parliament-in-rwanda>>. Acesso em: 23 out. 2018.

CORRIGAN, Louise. **The Exalted Women of Rwanda: A critical discourse analysis of female gender essentialisms within the Rwandan post-genocide reconciliation process.** 55 f. Master of Science in International Development and Management, Lund University, Lund, 2015. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=5410081&fileId=5410082>>. Acesso em: 13 out. 2018.

COX, Robert W. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory.** Millennium – Journal of International Studies, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Rev. Estud. Fem. 2002, vol.10, n.1, p. 171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 set 2018.

ENDA, Jodi. **Women Take Lead in Reconstruction of Rwanda.** ONG Women's News, 2003. Disponível em: <<https://womensenews.org/2003/11/women-take-lead-reconstruction-rwanda/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

DESFORGES, Alison. **Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda.** New York: Human Rights Watch, p. 595, 1999. Disponível em: <https://www1.essex.ac.uk/armedcon/story_id/Leave%20None%20to%20tell%20the%20story-%20Genocide%20in%20Rwanda.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

FISCHEL, Jack R. **Genocide in Rwanda.** Virginia Quarterly Review (VQR): Winter 2006, v. 82, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://www.vqronline.org/genocide-rwanda>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The Global Gender Gap Report 2016.** 11. ed. Genebra, 2016. p. 1-383. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. **The Global Gender Gap Report 2017**. 12. ed. Genebra, 2017. p. 351. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf>. Acesso em: 15ago. 2017.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2018 – Rwanda Profile**. Report 2018. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/rwanda>>. Acesso em: 13 out. 2018.

GERALDELLO, Camilla Silva; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **A construção da Paz Perpétua como Teoria Liberal da Política Internacional**. Marília: Vol. 5, nº 3, p. 696-719, 2016.

GERVAIS, Myriam. **Human Security and Reconstruction Efforts in Rwanda: Impact on the Lives of Women**. Development in Practice. 2004. Disponível em: <<http://genderandsecurity.org/projects-resources/research/human-security-and-reconstruction-efforts-rwanda-impact-lives-women>>. Acesso em: 05 de jun. 2018.

GIANNINI, Renata Avelar; LIMA, Mariana Fonseca; SANTOS, Mariana Guimarães dos. **Manual Formação de facilitadores Gênero e Mulheres, Paz e Segurança**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018. 76 p. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-29-v3-Manual-Treinamento-Mulheres-web-H.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

GOMES, Daniel Costa. **Teoria das relações internacionais: a pluralidade absoluta e a pluralidade relativa da disciplina**. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p.196-216, 2016.

GOMEZ, Jessica; KOPPELL, Carla. **Advancing Women’s Caucuses in Legislatures**. The Institute for Inclusive Security, 2008. Disponível em: <<https://www.ndi.org/sites/default/files/Advancing%20Women's%20Caucuses%20in%20Legislatures.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

GUARISO, Andrea; INGELAERE, Bert; VERPOORTEN, Marijke. **Female political representation in the aftermath of ethnic violence: A comparative analysis of Burundi and Rwanda**. WIDER Working Paper, n. 74, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10419/163045>>. Acesso em: 22 set. 2018.

HABUMUREMYI, Pierre-Damien. **Unity Club: A champion for social cohesion in Rwanda**. The New York Times, Rwanda’s Leading Daily, 2017. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/section/read/222333>>. Acesso em: 22 out. 2018.

HAGURUKA. **About Haguruka**. Haguruk NGO – Defending the rights of women and child, 2018. Disponível em: <<http://haguruka.org.rw/about-haguruka-ngo/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, ed. 1, p. 161-185, 1999.

HAPEREN, Maria van. **The Rwandan Genocide, 1994**. In: BOENDER, Barbara; HAVE, Wichert Ten. *The Holocaust and Other Genocides*. Amsterdã: Niod Institute

For War, Holocaust And Genocide Studies, 2012. p. 97-120. Disponível em: <<https://www.niod.nl/sites/niod.nl/files/Holocaust%20and%20other%20genocides.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

HARERIMANA, Bernard. **Analysis of Government Spending on Agriculture Sector and its Effects on Economic Growth in Rwanda**. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Science in Economics, Business And Economics, Universidade de Ruanda, Kigali, 2016. Disponível em: <<http://dr.ur.ac.rw/bitstream/handle/123456789/106/Harerimana%20%20Bernard.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 set. 2018.

HATEGEKIMANA, Celestin. **Women's empowerment in the post-1994 Rwanda: the case study of Mayaga Region**. Nelson Mandela Metropolitan University, p. 317, 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/145044426.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

HATZFELD, Jean. **Machete Season: The Killers in Rwanda Speak**. New York, Farrar, Straus, e Giroux, p. 253, 2005.

HINTJENS, Helen. M. **Explaining the 1994 genocide in Rwanda**. Cambridge University Press: The Journal of Modern African Studies. Vol. 37, Nº 2, p. 241-286, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/51712245_Explaining_the_1994_genocide_in_Rwanda>. Acesso em: 21 de set. 2018.

HOGG, Nicole. **Women's participation in the Rwandan genocide: mothers or monsters?** International Review of the Red Cross, v. 92, n. 887, 2010. Disponível em: <<https://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc-877-hogg.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

HUNT, Swanee. **Rwandan Women Rising**. Durham e Londres: Duke University Press, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=fQjCdgAAQBAJ&pg=PT71&lpg=PT71&dq=Kanjogera+queen+mother+rwanda&source=bl&ots=KIGY_c_OPe&sig=Of8vZbWA6PxlohIKNZJr1wLmOHE&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjrs62kq_DdAhWHjJAKHTsGBqEQ6AEwDHoECAAAQ#v=onepage&q=Kanjogera%20queen%20mother%20rwanda&f=false>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. **The Rise of Rwanda's Women: Rebuilding and Reuniting a Nation**. Foreign Affairs, 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/rwanda/2014-03-30/rise-rwandas-women>>. Acesso em: 08 out. 2018.

INCLUSIVE SECURITY. **The Women Waging Peace Network**. Swanee Hunt Alternatives, 2018. Disponível em: <<https://www.inclusivesecurity.org/experts/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

INGELAERE, Bert. **The Gacaca Courts in Rwanda: Contradictory Hybridity**. E-Internacional Relations, 2014. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2014/05/04/the-gacaca-courts-in-rwanda-contradictory-hybridity/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

IZABILIZA, Jeanne. **The Role of Women in Reconstruction: Experience of Rwanda**. Paper presented at Consultation on Empowering women in the Great Lakes Region: Violence, Peace and Women's Leadership, Ethiopia. 2005. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/Role-Women-Rwanda.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

IZABILIZA, Jeanne; MUTAMBA, John. **The role of women in reconciliation and peace building in Rwanda: Ten years after genocide 1994-2004**. National Unity and Reconciliation Commission, Kigali, 2005. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan031033.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

IZAKSSON, Ann-Sofie. **Manipulating the rural landscape: Villagisation and income generation in Rwanda**. University of Gothenburg, Working papers in economics, nº 510, 2011. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1027.3930&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

JARDIM, Gabriel de Sena; CAVAS, Claudio São Thiago. **Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo**. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 22, p. 84, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/33335>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

JESSEE, Erin. **Mobilizing Transnational Gender Politics in Post-Genocide Rwanda by Rirhandu Mageza-Barthel**. The Journal Of Modern African Studies, v. 55, n. 01, p.166-168, 2017. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <<eprints.gla.ac.uk/150987/1/150987.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

KABEER, Naila. **Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment**. Development and Change, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999.

KAREKEZI, Alice. **Rwanda 20 Years Later: a Media Guide to the Women**. The Institute for Inclusive Security, ONG Women's News, 2014. Disponível em: <<https://womensenews.org/2014/04/rwanda-20-years-later-media-guide-the-women/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

KONZEN, Isadora. **"WATHINT'ABAFAZI, WATHINT'IMBOKODO!" (VOCÊS MEXERAM COM AS MULHERES E COLIDIRAM COM UMA ROCHA!): A resistência feminina antiapartheid e a garantia dos direitos das mulheres na redemocratização da África do Sul**. 2018. 99 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188604/Monografia%20Isadora%20Konzen.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

LEÓN, Magdalena de. **El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género**. La Ventana, n. 13, p. 94-106, 2001.

LINDBERG, Kari. **Equal Rights for Women: Lessons from Rwanda**. ONG Women's News, 2017. Disponível em: <<https://womensenews.org/2017/08/equal-rights-for-women-lessons-from-rwanda/>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

LOBAKENG, Remofiloe. **African solutions to African problems: a viable solution towards a united, prosperous and peaceful Africa?** South Africa: Institute for Global Dialogue, ed. 71, p. 1-13, 2017. Disponível em: <<http://igd.org.za/jdownloads/Occasional%20Papers/Occasional%20paper%20by%20Remofiloe.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 ago. 2018

MADSEN, Diana. **Localising the Global – Resolution 1325 as a tool for promoting women's rights and gender equality in Rwanda**. Women's Studies International Forum, v. 66, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277539516302072>>. Acesso em: 05 de jun. 2018.

MAGEZA-BARTHEL, Rirhandu. **Mobilizing Transnational Gender Politics in Post-Genocide Rwanda**. International Feminist Journal of Politics. 2017. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/div-classtitlemobilizing-transnational-gender-politics-in-post-genocide-rwanda-by-rirhandu-mageza-barthel-farnham-ashgate-2015-pp-1-187-10995-hbkdiv/1A1A7D535AF1D445B6469B9431F8DD33>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **La descolonización y el giro descolonial**. Revista Tabula Rasa, n.9, p.61-72, Bogotá, 2008

MARIMA, Tendai. **Rwanda: World Leader for Women in Politics (Unless They Oppose Kagame)**. News Deeply – Women and Girls, Kigali, 2017. Disponível em: <<https://www.newsdeeply.com/womenandgirls/articles/2017/08/16/rwanda-world-leader-for-women-in-politics-unless-they-oppose-kagame>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MARTINS, Núbia Sanches. **(In)segurança das mulheres no conflito da ex-lugoslávia: uma análise pela perspectiva da psicologia política e da segurança humana feminista**. I Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, v. 01, n. 01, 2015. Disponível em: <eventos.claec.org/index.php/ehm/2ehm/paper/download/365/149>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MATTOS, Vívian Cantanhede. **O conflito de Ruanda: Uma breve análise da atuação da ONU**. 2007. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Uniceub, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/9880/1/9967470.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

MCCRUMMEN, Stephanie. **Women Run the Show In a Recovering Rwanda**. Washington Post Foreign Service, Kigali, 2008. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/10/26/AR2008102602197.html?noredirect=on&sid=ST2008051504314>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MCGREAL, Chris. **We are the future**. The Guardian, Rwanda, 2008. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2008/dec/17/rwanda-women-politics-human-rights>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MELO, Thiago Rodrigues de. **Ruanda: O holocausto que as Nações Unidas ignoraram**. 2004. 123 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Uniceub, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/9873/1/20076085.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

MIGEPROF. **Historical background of The Ministry of Gender and Family Promotion**. Republic of Rwanda, 2018. Disponível em: <<http://www.migeprof.gov.rw/about-us/history/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MONTE, Isadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais – Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, p. 146, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2013, vol.21, n.1, p. 59-80. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100004>>. Acesso em: 05 de Set. 2018.

MUKAMBANDA, Victoire. **Rwandan Rape Survivor in ‘The Uncondemned’ Speaks Out**. ONG Women’s News, 2016. Disponível em: <<https://womensenews.org/2016/10/rwandan-rape-survivor-in-the-uncondemned-speaks-out/>>. Acesso em: 26 out. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>>. Acesso em: 04 de ago. 2018.

NATIONAL WOMEN COUNCIL. **Structure**. National Women Council – Republic of Rwanda, 2018. Disponível em: <<http://www.cnf.gov.rw/index.php?id=12>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

NDUNG’U, Irene. **The high number of women parliamentarians obscures their unequal participation in other leadership positions**. Institute for Security Studies, nov. 2013. Disponível em: <<https://issafrica.org/iss-today/does-the-dominance-of-women-in-rwandas-parliament-signify-real-change>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

NETO, Solon. **Ruanda tem congresso com maior igualdade de gênero no mundo**. Geledés – África e sua diáspora, 2017. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/ruanda-tem-congresso-com-maior-igualdade-de-genero-no-mundo/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

NEWBURY, Catharine; BALDWIN, Hannah. **Aftermath: Women in Postgenocide Rwanda**. V. 303. Washington: U.S. Agency For International Development - Center For Development Information And Evaluation, p. 15, 2000. Disponível em: <https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnacj323.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

NGOWI, Rodrique. **Rwanda Unveils New Flag, Anthem**. MRT, Associated Press Writer, Kigali, 2001. Disponível em: <<https://www.mrt.com/news/article/Rwanda-Unveils-New-Flag-Anthem-7848601.php>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

NOUR, Soraya; ZITTEL, Claus. **O historiador e o teórico: a historiografia de Hobbes na teoria das relações internacionais**. Vol. 25, n.2, p. 229-272, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000200001#2b>. Acesso em: 04 de ago. 2018.

NOWROJEE, Binafer. **Shattered Lives: Sexual Violence during the Rwandan Genocide and Its Aftermath**. Estados Unidos: Human Rights Watch, 1996. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=k05FtHAc50AC&pg=PA2&lpg=PA2&dq=regardless+of+their+status+Hutu,+Tutsi,+displaced&source=bl&ots=XgNEcPiTgP&sig=Bf_ZPzFKcwxg1syBxB9sLIMDdxU&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjE5ciM8a3eAhVCEJAKHTqnDoUQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=regardless%20of%20their%20status%20Hutu%2C%20Tutsi%2C%20displaced&f=false>. Acesso em: 13 set. 2018.

NZOMO, Maria. Women and Political Governance in Africa: A Feminist Perspective. **University Of Nairobi Articles**. Nairobi, p. 26-47. 2015.

NURC. **NURC Background**. Republic of Rwanda, National Unity and Reconciliation Commission, Kigali, 2016. Disponível em: <<http://www.nurc.gov.rw/index.php?id=83>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ONU MULHERES. **Paz e Segurança**. ONU Mulheres Brasil – Área de atuação, 2018. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca>>. Acesso em: 22 out. 2018.

OYĒWÙMÍ, Oyeronke. Conceptualising gender: eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies. In: ARNFRED, S. **African gender scholarship: concepts, methodologies and paradigms**. Dakar: CODESRIA, Gender Series, v. 1, p. 1-8, 2004.

PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie. **Women, Politics and Power: A Global Perspective**. Sage Publications, 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007. 480 p.

PAULA, Luiz Augusto Módulo de. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda**. 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012->

114115/publico/DISSERTACAO_Luiz_Augusto_Modolo_de_Paula.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. **Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia**. Cad. Pagu, n. 37, p.117-162, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2018.

PETERSON, V. Spike; RUNYAN, Anne Sisson. **Global Gender Issues. Dilemmas in World Politics Series**. Colorado, Westview Press, ed. 2, 1999.

PINI, André Mendes. **A Predominância Tácita do Tradicionalismo nas Relações Internacionais: O Panorama Brasileiro**. 2013. RARI – Revista Acadêmica de Relações Internacionais, v. 1.

PINTO, Teresa Nogueira. **Ruanda: entre a segurança e a liberdade**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 32, p. 45-57, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2018.

PORTOLÉS, Carmen Magallón. **Representaciones, roles, y resistencias, de las mujeres en contextos de violencia**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 96, p. 09-30, 2012. OpenEdition. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.4797>>. Acesso em: 24 set. 2018.

POWLEY, Elizabeth. Rwanda: Women Hold Up Half the Parliament - Case Study: Rwanda. **Women in Parliament - Beyond Numbers**, International Idea, Estocolmo, v. 1, p.154-163, 2005. Disponível em: <<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/women-in-parliament-beyond-numbers-a-revised-edition.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. **Strengthening Governance: The Role of Women in Rwanda's Transition, a Summary**. United Nations - Office of the Special Adviser on Gender Issues And Advancement of Women (OSAGI). 2003. Disponível em: <<http://iknowpolitics.org/sites/default/files/strengthening20governance20-20the20role20of20women20in20rwanda27s20tra.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

PRESS, Robert M. **Surviving Tutsis Tell the Story of Massacres by Hutu Militias**. Cyangugu: The Christian Science Monitor, 1994. Disponível em: <<https://www.csmonitor.com/1994/0801/01091.html>>. Acesso em: 28 out. 2018.

PRO-FEMMES. **Mission & Vision**. Kigali, 2016. Disponível em: <<http://profemmes.org/spip.php?rubrique8>>. Acesso em 15 out. 2018.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Human Development Index and its components**. Human Development Reports. New York, 2017. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>>. Acesso em: 11 set. 2018.

RAHMANPANA, Ghazal; TROJANOWSKA, Barbara. **National Action Plans: Localising Implementation of UNSCR 1325**. Women's International League for Peace and Freedom, jan. 2016. Disponível em: <<https://wilpf.org/national-action-plans-localising-implementation-of-unscr-1325/>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

RUANDA. **Economic Growth and Jobs**. 2017a. Disponível em: <<http://www.gov.rw/about-the-government/economic-growth-and-jobs/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. **Geography**. 2017b. Disponível em: <<http://www.gov.rw/home/geography/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. **Role of Women in Peace Building and Conflict Resolution in Rwanda**. Evaluation of the Implementation of the 2009-2012 National Action Plan for UNSCR 1325, Kigali, aug. 2015. Disponível em: <http://www.gmo.gov.rw/fileadmin/user_upload/international/UNSCR_1325_Evaluation_Report_August_2015.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

_____. **Security Council Resolution 1325: Civil Society Monitoring Report - Rwanda**. Global Network of Women Peacebuilders, 2010a. Disponível em: <<https://gnwp.org/publications/women-count-security-council-resolution-1325-civil-society-monitoring-report-2010/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **National Action Plan 2009-2012**. The United Nations Security Council Resolution 1325/2000 on Women, Peace and Security, Mai. 2010b. Disponível em: <https://www.peacewomen.org/sites/default/files/rwandan_national_action_plan_1325.pdf>. Acesso em: 18. Nov. 2018.

RUANDA. Constitution (2003). **The Constitution of the Republic of Rwanda of 2003: Revised in 2015**. Official Gazette of the Republic of Rwanda, Kigali, 24 dez. 2015, p. 158. Disponível em: <http://mininfra.gov.rw/fileadmin/user_upload/aircraft/RWANDA_CONSTITUTION_NEW_2015_Official_Gazette_no_Special_of_24.12.2015.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

RUANDA WOMEN'S NETWORK. **About us**. Rwanda Women's Network (RWN), 2017. Disponível em: <<http://www.rwandawomennetwork.org/about-us.html>>. Acesso em: 23 out. 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista**. Salvador, I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres, p. 12, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SOW, Fatou. The social sciences in Africa and gender analysis. In: IMAN, A.; MAMA, A.; SOW, F. **Engendering African Social Sciences**. Dakar: CODESRIA Book Series, p. 31-60, 1997.

SURVIVORS FUND (SURF). **About Ibuka**. London, 2018. Disponível em: <<https://survivors-fund.org.uk/about/our-work/local-partners/ibuka/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

TELEGRAPH. **Rwanda's Paul Kagame in landslide poll win with around 98% of votes.** Agence France-Presse, 2017. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/2017/08/05/rwandas-paul-kagame-landslide-poll-win-around-98-votes/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

THOMSON, Susan M. **Resisting Reconciliation: State Power and Everyday Life in Post-Genocide Rwanda.** Dalhousie University, Nova Scotia, p. 363, 2009. Disponível em: <<https://commons.trincoll.edu/rwandawire/files/2014/02/THomson-Dissertation-20095.pdf.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

TICKNER, Ann. **Gendering a Discipline: Some Feminist Methodological Contributions to IR.** New Feminist Approaches to Social Science, v. 30, 1992. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/428416>>. Acesso em: 28 mai. 2018

_____. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era.** New York, Columbia University Press, 2001.

UMUTESI, Doreen. **Ruboneka's 45 years of fighting for women empowerment.** The New York Times, Rwanda's Leading Daily, 2014. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/section/read/110277>>. Acesso em: 16 Out. 2018.

UNICTR (International Residual Mechanism for Criminal Tribunals). **The Genocide.** 2014. Disponível em: <<http://unictr.irmct.org/en/genocide>>. Acesso em: 06 Out. 2018

_____. **The ICTR in Brief.** 2018. Disponível em: <<http://unictr.irmct.org/en/tribunal>>. Acesso em: 26 Out. 2018

UNIFEM. **Baseline survey on sexual and gender based violence in Rwanda.** Department of Applied Statistics of the National University of Rwanda, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/4bcc18ad2.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNITED NATIONS. **Press Briefing by UN Development Fund for Women on Millennium Peace Prize.** Meetings Coverage and Press Releases, 2001. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2001/unifembriefing.doc.htm>>. Acesso em: 10 Out. 2018.

_____. **Rwanda.** Map N° 3717 Rev. 11. Department of Field Support Geospatial - Information Section, 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/rwanda.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **The Justice and Reconciliation Process in Rwanda.** Department of Public Information, 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/pdf/Backgrounder%20Justice%202014.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

UNITY CLUB. **About the Club - Background**. Unity Club Untwararumuri, 2017. Disponível em: <<http://www.unity-club.org/spip.php?article25>>. Acesso em: 22 out. 2018.

USAID/Rwanda. **Gender Analysis for USAID/Rwanda: Valuing Open and Inclusive Civic Engagement Project**. P. 27, 2015. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1860/GA%20-%20VOICE%20project%20-%20FINAL%20Jan%2021%202015%20-%20Public%20Version%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

UVUZA, Justine N. **Hidden Inequalities: Rwandan Female Politicians' Experiences of Balancing Family and Political Responsibilities**. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Newcastle University, Newcastle Upon Tyne, 2014. Disponível em: <<https://theses.ncl.ac.uk/dspace/bitstream/10443/2475/1/Uvuza,%20J.%202014.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

UWINEZA, Peace; POWLEY, Elizabeth. **Sustaining Women's Gains in Rwanda: The Influence of Indigenous Culture and Post-Genocide Politics**. Washington: Institute for Inclusive Security, p. 37, 2009. Disponível em: <https://www.inclusivesecurity.org/wp-content/uploads/2012/08/1923_sustaining_womens_gains_nocover.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

VANHEES, Katrijn. **Property Rights for Women in Rwanda: access to land for women living in de Facto Unions**. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universiteit Gent, Gent, 2014. Disponível em: <https://lib.ugent.be/fulltxt/RUG01/002/163/017/RUG01-002163017_2014_0001_AC.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018

WALT, Stephen. **International Relations: One World, Many Theories**. In: Foreign Policy, n. 110 (Special Edition: Frontiers of Knowledge), p. 29-46, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4361851/mod_resource/content/1/Stephen%20Walt%201998.pdf>. Acesso em: 04 de Mai. 2018.

WALTZ, Kenneth. **Realismo e Políticas Internacionais**. New York and London: Routledge, 2008.

WARNER, Gregory. **It's The No. 1 Country For Women In Politics — But Not In Daily Life**. National Public Radio, 2016. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2016/07/29/487360094/invisibilia-no-one-thought-this-all-womans-debate-team-could-crush-it>>. Acesso em: 26 set. 2018.